



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**CURSO DE ARQUEOLOGIA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL**

**Evidências do comércio á longa distância no Baixo Zambeze, ligando a Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique, Séculos VII-XIX**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane

Por: Ilda José Penicela

Maputo, 2021

**EVIDÊNCIAS DO COMÉRCIO Á LONGA DISTÂNCIA NO BAIXO  
ZAMBEZE, LIGANDO A NOVA SOFALA, ANGOCHE E ILHA DE  
MOÇAMBIQUE, SÉCULOS VII-XIX**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da  
Universidade Eduardo Mondlane por Ilda Penicela

**Departamento de Arqueologia e Antropologia**

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: Prof. Doutor Hilário Madiquida

Maputo, 2021

<b>O Júri</b>			
<b>O Presidente</b>	<b>O Supervisor</b>	<b>O Oponente</b>	<b>Data</b>
_____	_____	_____	___/___/___

## ÍNDICE

DECLARAÇÃO	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	iv
LISTA DE MAPAS, FIGURAS E FOTOGRAFIAS	v
RESUMO	vii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificativa	2
1.2. Problema de pesquisa	3
1.3. Pergunta de partida	4
1.4. Objectivos	4
1.4.1. Geral	4
1.4.2. Específicos	4
1.5. Hipóteses	5
1.6. Definição de conceitos	5
1.6.1. Evidências arqueológicas	5
1.6.2. Comércio a longa distância	7
1.6.3. Entrepasto comercial	7
1.7. Método de trabalho	8
CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1. Investigações arqueológicas no Vale do Zambeze e Costa Litoral Norte	9
2.1.1. Período colonial	9
2.1.2. Período pós-colonial	10
2.1.3. Fontes escritas	13
a) Fontes Greco-Romanas	13

b) Fontes Árabes	13
c) Fontes Chinesas	14
d) Fontes portuguesas	14
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO	16
3.1. Localização geográfica	16
3.2. Clima	16
3.3. Vegetação	17
3.4. Fauna	18
3.5. Solos	18
3.6. Paisagem	19
4.1. Fases do comércio a longa distância	22
4.1.1. Primeira fase (I-IX AD)	22
4.1.2. Segunda fase, período de penetração mercantil europeia (XV-XIX AD)	24
4.2. Sistema de prazos	28
4.3. Rotas comerciais do Baixo Zambeze	29
4.4. Baixo Zambeze e ligações com Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique	31
a) Sena	31
4.5. Impactos do intercâmbio comercial árabe no Baixo Zambeze	40
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
Referências bibliográficas	45
ANEXOS	49

## **DECLARAÇÃO**

Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela resulta da minha investigação pessoal, estando indicadas, ao longo do texto, as fontes que utilizei para sua materialização.

Maputo, 2021

---

Ilda José Penicela

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais José Penicela e Marta Arone, que sempre me incentivaram a estudar e criaram condições para tal.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a DEUS, pelo dom da vida!

Especial agradecimento ao meu supervisor, Prof. Doutor Hilário Madiquida, pelo tempo e paciência na supervisão do trabalho, assim como apoio prestado durante a minha formação. Aos docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia, em especial à Dra. Kátia Filipe, pela partilha de ensinamentos e experiências.

Os meus mais profundos agradecimentos vão aos meus pais, José Penicela e Marta Arone. Irmãos, Edgar Penicela, Elvira Penicela, Adélia Penicela e Carlota Penicela, pelo apoio incondicional. A minha tia Saquina. De igual modo, aos meus colegas da turma de 2016, Estela Matambisso, Melisoria Dulce, Chester Manganhela, pela partilha. Aos demais colegas do curso, especialmente, Gerson Guta.

Ao Dr. Chafim Braga, pelo apoio moral nos primeiros anos do curso. Ao meu marido Arlindo Manhiça, por ter-me incentivado a concorrer para engrajar no ensino superior.

## **LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS**

A.C. – Antes de Cristo

A.D. – *Anno Domini*

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique

ANAC – Administração Nacional de Áreas de Conservação

CAPM – Comunidade de Agricultores e Pastores de Moçambique

CIPRIANA - Campanha da Implementação do Projecto de Investigação Arqueo-  
Antropológica da Província de Nampula.

CEDA – Centro de Estudos de Arqueologia

C14 – Carbono Catorze

DAA – Departamento de Arqueologia e Antropologia

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

IFI – Idade do Ferro Inferior

IFS – Idade do Ferro Superior

INAM – Instituto Nacional de Meteorologia

IPS – Idade da Pedra Superior

MAE – Ministério da Administração Estatal

MAM – Missão Antropológica de Moçambique

PCAPM – Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores em Moçambique

SAREC - Agência Sueca Para a Investigação Científica

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

## LISTA DE MAPAS, FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Mapa 3.1: Região onde compreende o Baixo Zambeze. Fonte: Madiquida (2015:30)..	16
Mapa 3.2: Distribuição dos solos na região Centro, incluindo o Baixo Zambeze. Fonte: INIA 1982, FAO 1988 adaptado por Madiquida 2015:79. ....	19
Mapa 3.3: Contexto paisagístico do Baixo Zambeze. Fonte: ccssgeografia.blogspot.com .....	20
Mapa 3.4: Mapa topográfico da foz do rio Zambeze. Fonte: Madiquida 2015:89.....	21
Mapa 5.5: Entrepostos comerciais mencionados no texto. Fonte: Adaptado de Isendahl 2006:24. ....	27
Mapa 5.6: Transporte de escravos saindo do Vale do Zambeze para Ilha de Moçambique. Fonte: MMO.....	30
Mapa 5.7: Entrepostos que mantinham ligações através do oceano Índico e rio Zambeze e interior. Fonte: Pollard et al. 2018:445 .....	31
Mapa 4.8: Entreposto de Sena. Fonte: Madiquida 2015:84. ....	32
Mapa 4.9: Mapa de Ildrīsī 1154, a costa Oriental africana. Fonte: Madiquida 2015:64.34	
Mapa 5.10: Localização geográfica da Ilha de Moçambique. Fonte: Adaptado de Aarhus 1985. ....	49
Mapa 5.11: Localização geográfica de Lumbi e Nensa. Fonte: Madiquida 2015. ....	50
Mapa 5.12: Localização geográfica de Chinde. Fonte: Madiquida 2015. ....	51
Mapa 13: Localização geográfica de Nova Sofala. Fonte: adaptado pela autora. ....	53
Mapa 5.14: Baixo Zambeze e entrepostos da costa litoral do oceano Índico, séculos X-XV. Fonte: Madiquida 2015. ....	53
Figura 3.1:Vegetação do baixo Zambeze. Fonte: ANAC S/D .....	18
Figura 5.2: Encaminhamento de escravos saindo do Vale do Zambeze para Ilha de Moçambique. Fonte: MMO Escola. ....	29
Figura 4.3: Alguns cacos de cerâmica de Sena. Fonte: Madiquida 2015:143.....	33
Figura 4.4: Porcelana de origem chinesa de Sena. Fotografia: Madiquida 2015. ....	36
Figura 4.5: Porcelana de origem europeia de Sena. Fotografia: Madiquida 2015:145. .	37
Figura 5.6:Fragmentos de vidro de Sena. Fonte: Madiquida 2015:150. ....	38
Figura 5.7: Objecto de ferro identificado em Sena. Fonte Madiquida 2015. ....	51
Figura 5.8: Desenhos de Cerâmica de Sena. Fonte: Madiquida 2015. ....	52

Figura 5.9: Ilustração da Fortaleza de Sofala e área escavada. Fonte: Madiquida 2015. 52

Figura 5.10: Artigos importados identificados em Angoche por Pollard et al. 2018, incluindo porcelana das Dinastia Ming e Qing. Fotografia: Pollard. .... 54

Figura 5.11: Artigos importados identificados na Ilha de Moçambique por C.Simbine, contendo porcelana chinesa Ming, século XVI-XVII e europeia, século XIX. .... 54

Fotografia 4.1: Fortaleza de Sena. Fotografia: Madiquida 2015. 35

Tabela 3.1: Gráfico mostrando a precipitação média anual da área do delta do rio Zambeze. Anais Meteorológicos da província de Moçambique 1940-1975; INAM 1975–2009) (adaptado por Madiquida 2015: 28). 17

## **RESUMO**

O Baixo Zambeze caracteriza-se por ser uma região com assentamento de diferentes períodos cronológicos (Idade da Pedra Superior, Idade de Ferro Inferior e Superior), demonstrando que o Homem, desde cedo, teve intenção de estabelecer-se na região.

As evidências do comércio a longa distância testemunham a presença árabe e portuguesa, apresentadas através de porcelana, missangas vidradas e cacos de vidro. Estas evidências são de diferentes origens, tipologia e período cronológico. O comércio, numa primeira fase, era controlado pelos árabes e a posterior pelos portugueses. O Baixo Zambeze estava interligado aos entrepostos do Oceano Índico (Nova Sofala, Angoche, Ilha de Moçambique, Kilwa, Mogadisho, entre outros), estabelecendo uma rede inter-continental.

O Baixo Zambeze funcionou como porta de entrada e saída de mercadorias do interior para a costa litoral e vice-versa, através do rio Zambeze, que oferecia excelentes condições de navegação. Nos entrepostos do Baixo Zambeze, como Sofala, Sena, Tete, e Quelimane, eram comercializadas mercadorias vindas de ambos lados, tanto no apogeu dos árabes assim como dos portugueses. O comércio nesta região provocou transformações na esfera cultural, através do intercâmbio cultural assim como domínio socio-político do Baixo Zambeze.

Esta pesquisa procurou estudar as evidências do comércio a longa distância no Baixo Zambeze com propósito de perceber a importância da região e sua ligação à Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique, tendo concluído que a região não estava isolada.

**Palavras-chave:** comércio a longa distância, evidências, Baixo Zambeze, Nova Sofala, Angoche, Ilha de Moçambique.

## CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado "*Evidências do comércio á longa distância no Baixo Zambeze, ligando a Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique, séculos VII-XIX A.D.*", tem o propósito de estudar as evidências dos contactos comerciais e culturais ocorridos em Moçambique, através do Baixo Zambeze, ligando a Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique e reflectir sobre a importância de estudar o comércio a longa distância e miscigenação cultural.

Fontes árabes e europeias podem ser usadas de forma satisfatória para estudar este comércio. Entretanto, nem sempre é fácil relacionar a veracidade das mesmas, como é caso de fontes árabes. Documentação primaria portuguesa do século XVI, contém, informações de relações entre os Swahili (islamizados) e chefes Mutapas (Macamo 2006:53).

Neste contexto, a arqueologia tem desempenhado um papel decisivo no estudo das evidências do comércio á longa. Evidências encontradas nos entrepostos comerciais ao longo do país, datados do período pré-colonial, demonstram que Moçambique já mantinha contactos com diferentes povos do mundo, através do Oceano Indico, provocando transformações nas diferentes esferas, com destaque no contexto económico, cultural e socio-político das comunidades envolvidas.

Grande parte das evidências do comércio a longa distância, é apresentada em cultura material, como os artigos importados (cerâmica vidrada, porcelana, missangas vidradas, entre outros), que a dada altura, tornaram-se bens de prestígio. Intercâmbio comercial, demonstra uma complexidade, pois também são evidenciados pela arquitectura, religião, hábitos e costumes, estilos de construção de embarcações, entre outros.

Por um lado, o Baixo Zambeze está associado à uma zona referida como Sofala, região que integra vários entrepostos comerciais (Duarte 1993; Macamo 2006, Madiquida 2015), que apresenta uma rica história sobre o comércio a longa distância antes e após a penetração colonial, como resultado de diversas formas de manifestação da interacção comercial e cultural. Por outro, o Baixo Zambeze apresenta-se promissor e incontornavelmente tem demonstrado a antiguidade do comércio através do oceano Índico e rio Zambeze.

A existência de boas condições de navegação e incalculáveis recursos, contribuíram para o desenvolvimento dos contactos através do comércio à longa distância, pois para além dos barcos que navegavam, havia já estabelecidos entrepostos comerciais, que serviram como rota de mercadorias assim como locais de troca entre o interior, a costa litoral e inter-continental.

### **1.1. Justificativa**

O comércio à longa distância permitiu o intercâmbio entre diversas comunidades longínquas. Caracteriza-se como uma das componentes de extrema importância na qual a arqueologia tem desempenhado um papel fulcral, estudando as evidências que testemunham este fenómeno. Por um lado, Moçambique, desde muito cedo, estava ligado à uma rede comercial internacional, demonstrando que esta actividade e o contacto com regiões longínquas se estabeleceram mais cedo do que se pensa.

De forma particular, no Baixo Zambeze, há vários relatos escritos e orais de que a região estava ligada à uma rede comercial tanto no período pré-colonial e pós penetração mercantil europeia, em parte, efectuada devido a existência de condições favoráveis do rio Zambeze, assim como os produtos locais que eram de cobiça dos comerciantes.

Neste contexto, apesar da sua importância, o estudo e conhecimento sobre o comércio à longa distância ainda é um desafio. E, como forma de contribuir sobre este assunto e a sua história, moveu-me o interesse em realizar este trabalho.

A escolha do tema foi motivada pelo meu interesse sobre a componente comércio à longa distância abordada durante o curso, assim como pela minha participação no trabalho de campo realizado no Baixo Zambeze em 2018, projecto este financiado pelo programa Globafrica (França) e SIDA-SAREC e que tinha em vista estudar Nova Sofala no contexto do comércio a longa distância.

Quanto as balizas cronológicas, o século VII AD representa a altura em que o comércio a longa distância na costa oriental da África intensifica-se e aparecem vários navegadores vindos de diversas regiões da Ásia. Estes navegadores eram comerciantes indonésios, indianos, persas, árabes e chineses (Rita-Ferreira 1978:8). O século XIX representa queda de importantes estados responsáveis pelas transações comerciais, como Monomotapa. Representa de igual modo, abolição do tráfico de escravos (um dos

principais meios do comércio a longa distância) e ocupação efectiva de Moçambique pelo Portugal. Estas balizas cronológicas permitiram melhor contextualização, pois o comércio à longa distância poderá ser abordado nas diferentes fases (pré-colonial e após penetração mercantil europeia). Os portugueses fixaram-se em Sofala em 1502 para controlar a rede comercial e, particularmente, as rotas do escoamento de ouro (Rita-Ferreira 1978).

## **1.2. Problema de pesquisa**

A costa litoral detém boas condições de navegação o que facilitou a existência de corredor de movimentação de embarcações de uma região para outra desde períodos mais antigos. Aproveitando as monções, ventos que no inverno sopram do Norte para sul e no verão do sul para norte, desde os tempos remotos, o Oceano Índico foi caracterizado pelos barcos bem equipados e com pilotos conhecedores da zona (Duarte 1987:5-6). Evidências arqueológicas comprovam ligações comerciais e culturais pré-coloniais, onde os Árabes foram pioneiros e depois dinamizadas por outros povos da Ásia e mais tarde expandida com a presença europeia (Duarte 1993; Duarte & Meneses 1994).

Há vários relatos sobre Sofala como Busurg (c. 922) que descreve referido comércio escravagista entre a costa de Sofala e Oman. Al-Masudi descreveu a rota de alto-mar seguida pelos barcos persas e omanitas para atingir Zanzibar, Sofala e o país Waq-Waq. Tendo o mesmo visitado, em 916, o litoral de Zanj, cujo limite meridional era Sofala (Freeman-Greenville, 1962 citado por Rita-Ferreira 1982: 36).

Com o desenvolvimento destes contactos, foram estabelecidos entrepostos comerciais ao longo da costa oriental (Nova Sofala, Angoche, Ilha de Moçambique, Kilwa, Mogadisho, entre outros) e na região do Baixo Zambeze que desempenharam um papel importante no florescimento do comércio à longa distância entre o interior e costa litoral. Entretanto, o comércio à longa distância, tem sido testemunhado através de evidências arqueológicas, tornando-se imprescindível conhecer como estas evidências se manifestam no Baixo Zambeze ligando a Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique.

Algumas fontes (Greco-romanas, Chinesas, Árabes e português), fazem referência da importância comercial da região litoral de Moçambique. Entretanto, fontes portuguesas

fazem referência particular sobre Baixo Zambeze no período da dominação europeia, como é o caso do Frei João dos Santos (1609), Padre António Gomes (1648), Pedro Barreto de Resende (1635), entre outros. De forma específica, Frei dos Santos, autor da obra *Etiópia Oriental*, que por sinal, era um missionário que chegou a Moçambique em finais de 1586, tendo visitado o Vale do Zambeze, entre Tete, Sena e Sofala, dentre várias informações, relata sobre florescimento de entrepostos comerciais pré-coloniais no vale do Zambeze (De Carvalho 2013).

Neste contexto, O vale do Zambeze foi, mais tarde, activamente interferido pela penetração colonial. Perante as diferentes fontes escritas e orais, as evidências arqueológicas desempenham um papel importante para conhecimento deste comércio a longa distância. Perante esta problematização, *quais são as evidências do comércio á longa distância do Baixo Zambeze e de que forma interferiram nas mudanças culturais, económicas e sociais na costa litoral (Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique)?*

### **1.3. Pergunta de partida**

Quais são as evidências do comércio á longa distância do Baixo Zambeze e de que forma contribuíram nas mudanças culturais, económicas, sociais e ambientais na costa litoral (Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique)?

### **1.4. Objectivos**

#### **1.4.1. Geral**

- Estudar o Baixo Zambeze para compreender a miscigenação cultural, uso e renovação de recursos e mudanças no ecossistema como resultado do comercio a longa distância, ligando a Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique.

#### **1.4.2. Específicos**

- Caracterizar a área de estudo incluindo Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique e correlacionar as evidências do comércio á longa distância e as mudanças que operaram como resultado da interacção humana nas mudanças ambientais;
- Efectuar registo fotográfico de evidências, mapeamento dos locais e descrição de evidências quanto a origem, tipologia e significância comercial;

- Reflectir sobre o contexto socio-económico e cultural do interior e costa litoral de Moçambique e o seu impacto no Baixo Zambeze.

### **1.5. Hipóteses**

- O Baixo Zambeze terá sido uma das principais rotas comerciais que embocavam no Oceano Índico no auge da expansão árabe e europeia, sucessivamente, permitindo a ligação do interior à costa litoral de Moçambique. Esta situação, possivelmente, terá criado grandes alterações em todas as esferas;
- A importância comercial do Vale do Zambeze foi impulsionada pela existência de produtos transacionais de alto valor, uma variada e enorme quantidade de recursos, assim como boas condições de navegação do rio Zambeze, permitindo assim desenvolvimento de entrepostos ao longo do Baixo Zambeze, que teve impactos que nos parecem ser de maior significância.

### **1.6. Definição de conceitos**

O presente trabalho foi elaborado com base nas teorias e conceitos da arqueologia, os quais diferentes autores abordam de forma diferenciada. Neste contexto, o trabalho espelha com a corrente processualista de Lewis Binford (1968), para análise e interpretação das evidências do comércio a longa distância no Baixo Zambeze, ligando a Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique no intuito de compreender no tempo e espaço o processo cultural e transformações que tiveram lugar. As evidências arqueológicas identificadas no âmbito de diferentes investigações arqueológicas e assim como as interpretações resultantes, permitem fazer analogias e reinterpretar a história sobre comércio a longa distância e o intercâmbio entre os povos.

#### **1.6.1. Evidências arqueológicas**

Em sentido lato, o Dicionário Online de Português (s/d), define evidências como o que marca a passagem ou a ocorrência de indício: vestígios de ocupação humana. Em sentido restrito, evidências são a base para estudo do passado humano (Zahluth 2012:43).

Evidências são consideradas fontes de informação do comportamento de grupos que os utilizaram e servem como base para descrever e entender as vivências humanas no passado. A tipologia das evidências, ou seja, cada atributo, equivale a expressão de uma acção ou conjunto de acções, que acaba por expor determinada forma de comportamento,

o que leva a considerar um sistema cultural em que há transferência da informação de modo de vida, actividades económicas, condutas, crenças, valores, modos de fazer, entre outros. Assim, o conjunto de evidências recuperadas pelo arqueólogo, parte da cultura material que é um segmento significativo de um sistema cultural mais amplo (Netto 2008:7).

As evidências arqueológicas, são fontes de informação sobre diversas civilizações, que hoje já não existem, mas que deixaram heranças muito valiosas para humanidade em matéria de conhecimento (Zahluth 2012:44).

Para Meneses (2002:70), as evidências arqueológicas fazem parte de fontes arqueológicas. Na maioria dos casos, trata-se de restos materiais que são utilizados pelos arqueólogos para a reconstituição de muitas das situações quotidianas (sócio-económicas, culturais, etc.) das antigas sociedades. Segundo Duarte (1988:5), muitas evidências do passado ainda estão por ser descobertas. Neste contexto, os locais onde se encontram evidências de antigas actividades humanas designa-se por estação arqueológica, podendo ser a céu aberto, submarinas, entre outras (Meneses 2002:61).

Evidências do comércio a longa distância mais comuns identificadas nas investigações arqueológicas no Baixo Zambeze e Costa Litoral Norte compreendem:

a) Porcelana

É um grupo tecnológico cerâmico, translúcido, não poroso, produzido pelo cozimento de uma mistura de caulim, quartzo e feldspato, que contém 50% de caulino, 25% de quartzo e 25% de feldspato (EMI 1981: 2254 citado por Madime 2015:12). A porcelana se torna translúcida quando vista contra a luz. É geralmente de cor branca, sendo um dos exemplos mais conhecido é a porcelana Chinesa azul e branca, produzida a partir do início do ano 1300, durante a dinastia Yuan. Esta porcelana é comum nos antigos assentamentos da costa de Moçambique, relacionados ao comércio com Ásia.

b) Missanga vidrada

É um termo vulgarmente usado para fazer menção as contas importadas feitas normalmente de vidro de várias cores, dependendo do local de manufatura, podem ser de diferentes tipologias e decorações e a maioria delas são indo-pacíficas (Wood *et al.* 2012).

c) Loiça vidrada

Na categoria da loiça vidrada enquadram-se as peças que receberam um tratamento vidrado com óxidos diferenciados (Sousa, 2010:227).

d) Cerâmica vidrada

Esta cerâmica distingue-se da denominada cerâmica comum por apresentar superfícies vidradas (Araújo & Oliveira s/d:92).

### **1.6.2. Comércio a longa distância**

Segundo Silva (2007: 2), é a troca de bens e serviços através de fronteiras internacionais ou territórios. Refere-se a circulação de mercadorias entre povos longínquos. O comércio internacional está presente em grande parte da história da humanidade, com importância económica, social e política (Idem).

Para Figueiredo (2011: 123), foi um sistema económico no qual a produção da riqueza de uma sociedade, geralmente inserida em um amplo circuito de trocas comerciais, baseia-se, em vários produtos que serviam de troca.

Para Duarte (1987:5), as riquezas das regiões e costa litoral atraíram, durante séculos, comerciantes das mais diversas origens que aqui se dirigiam para negociar com as populações locais, tendo a sua contribuição sido fundamental no desenrolar da sua história. O comércio a longa distância permitiu o contacto entre diversos povos, tendo como palco, o Oceano Índico, aproximando civilizações e confrontando economias e culturas diversas que tiveram uma contribuição fundamental na formação daquilo que são hoje as diversas Nações desta parte do Mundo, com os seus povos e a sua cultura.

Madiquida (2007:31) argumenta que dentre os povos que desenvolveram o comércio a longa distância no actual Moçambique, o destaque vai para os Árabes. As evidências destes contactos ocorrem ao longo da costa Moçambicano e regiões do interior como Baixo Zambeze.

### **1.6.3. Entrepósito comercial**

São os locais onde eram realizadas as trocas comerciais. Alguns destes locais tornaram-se cidades estado. Os entrepostos comerciais foram, primeiramente, estabelecidos pelos Árabes e mais tarde foram substituídos pelos Portugueses. Aquando do desenvolvimento do comércio, começaram a ser construídos os entrepostos comerciais junto a costa litoral norte de Moçambique (Duarte e Menezes 1994:4).

Para Rita-Ferreira (1975:9), eram construídas pequenas povoações à beiramar ou na margem dos rios, e aí se estabeleciam, para trocar as mercadorias vindas de longe, pelos produtos locais. Os entrepostos comerciais eram chamados de feitorias. A primeira feitoria fundada em Moçambique foi a de Sofala (região que integra o Vale do Zambeze). Depois foram criadas as feitorias de Angoche e da Ilha de Moçambique. As trocas comerciais entre as feitorias e os povos do interior africano eram feitas por intermediários árabes e africanos.

### **1.7. Método de trabalho**

O presente trabalho empregou três (3) fases, nomeadamente: pesquisa documental, trabalho de campo e análise e compilação de dados, com base nos objectivos e teorias arqueológicas.

1. Primeira fase: incorporou a pesquisa documental na biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA-UEM), Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Biblioteca Central Braço Mazula, e artigos científicos disponíveis em *sites* da internet.
2. Segunda fase: foi efectuado trabalho de campo, que consistiu em visitar a região do Baixo Zambeze, Nova Sofala, para efectuar registo fotográfico das evidências do contexto das estações arqueológicas, incluindo a paisagem.
3. Terceira fase: por sinal a última, foi levada a cabo à selecção, análise e compilação dos dados para constar no trabalho. De igual modo, fez-se a selecção de fotografias, produção de mapas e redacção do trabalho final.

## **CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA**

Este capítulo é relativo a revisão bibliográfica sobre as evidências do comércio a longa distância no Baixo Zambeze, ligando à Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique, Séculos VII-XIX. Neste contexto a base teórica partiu de publicações de investigações arqueológicas, fontes documentais de diferentes períodos e dicionários de arqueologia. Com estes documentos, foram apresentados os fundamentos teóricos, analíticos e descritivos de diferentes autores sobre a temática em abordagem com o objectivo de mostrar a importância comercial e de recursos do Baixo Zambeze.

### **2.1. Investigações arqueológicas no Vale do Zambeze e Costa Litoral Norte**

As investigações nas regiões que compreendem o baixo Zambeze e costa litoral norte, podem ser incorporadas em dois (2) períodos distintos: colonial e pós-colonial.

#### **2.1.1. Período colonial**

No período colonial, os trabalhos foram, principalmente, conduzidos pela Missão Antropológica de Moçambique (MAM), a partir da década de 30, tendo sido liderados por Santos Júnior. Esta missão localizou estações paleolíticas e pinturas rupestres (Júnior 1940, 1961).

Carl Wiese, arqueólogo alemão, efectuou uma das primeiras pesquisas arqueológicas na província de Tete, tendo escavado a gruta de Chufumbazi em 1907. Com a pesquisa efectuou escavações que culminaram com identificação de cerâmica local que faz parte do complexo de Chifumbazi (Morais 1988; Phillipson 1977 citado por Madiquida 2015:26).

Wieschoff (1941) escavou e estudou o Zimbábue de Niamara (Nyakangara) em Manica para compreender a extensão do estado de Mutapa em Moçambique, tendo colectado cerâmica com motivos decorativos da Tradição Zimbabwe.

Em 1973, o geólogo Miguel Ramos no âmbito dos trabalhos de salvaguarda para a construção da Barragem de Cahora Bassa, efectuou escavações que culminaram com a identificação de ferramentas líticas, cerâmica com decoração geométrica e escória de ferro (Ramos 1973).

Rosa de Oliveira (1973), desenvolveu estudo de amuralhado de Songo e arte rupestre no Vale do Zambeze, onde colecionou cerâmica com decorações pertencentes a Tradição

Zimbabwe. Em suma, no período colonial a pesquisa no centro do país, eram descritivos e realizados por amadores (antropólogos, engenheiros, geólogos, agrónomos).

No que diz respeito a região litoral norte, Santos Júnior efectuou a primeira descrição das ruínas de Gomene em 1953, tendo, também, feito abertura de uma trincheira. Colecção desta investigação foi depositada IICT.

Monteiro (1966:51) escavou Tung, região de Cabo Delgado, tendo resultado na descrição de assentamento Árabe em Kiuya, Mbuezi e Quisiva. Porém, em Matemwe, (um assentamento Swahli) para além de evidências locais foram identificadas missangas de origem asiática, cacos de porcelana de origem chinesa e cerâmica vidrada do início do I Milénio AD (Madiquida 2007:63).

G. Liesegang (1972) desenvolveu pesquisas na região de Sofala em 1972. Ele baseou-se também nos relatórios de Dickinson (1969 e 1971), tendo assim concluído que Sofala é entreposto comercial pré-colonial.

### **2.1.2. Período pós-colonial**

As investigações arqueológicas realizadas em Moçambique a partir de 1974, constituem início da investigação científica sistemática (Duarte 1988:57). Ricardo Duarte (1988), Paul Sinclair (1887) efectuaram importantes estudos sobre Primeiras Comunidades Agro-Pastoris nas províncias de Manica e Sofala, que culminaram com identificação de estações arqueológicas de Mavita e Hola-Hola, sucessivamente.

Tore Saetersdal (2004) efectuou pesquisas sobre arte rupestre em Manica e Tete, tendo escavado 14 locais arqueológicos com pinturas rupestres. Nestas pesquisas Saetersdal colectou vários tipos de vestígios, com destaque para artefactos líticos, cerâmica e amostras de carvão.

Macamo (2006:161), deu início na década 90, a pesquisas no Baixo Zambeze, tendo-se dedicado no estudo de amuralhados Zimbabwe e locais relativos ao comércio à longa distância, incluindo o estudo contas, porcelana chinesa e outros materiais de vidro.

Hilário Madiquida (2015), no âmbito do projecto Vale do Zambeze, deu inicio desde 2001 a sua pesquisa, que tinha como objectivo de estudar a importância do registo arqueológico na área do delta do rio Zambeze e seu impacto nas mudanças sócio-

económicas e políticas que ocorreram ao longo do rio Zambeze (Macamo & Madiquida 2004), sem se esquecer de compreender a construção social da paisagem, baseado em fontes escritas, orais e arqueológicas.

As primeiras pesquisas deste período, foram desenvolvidas no âmbito do programa de prospecção arqueológica no país, a partir de 1979, pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia da U.E.M, e contou com o financiamento da SAREC (Agência Sueca Para a Investigação Científica). Neste sentido, Paul Sinclair e Teresa Cruz e Silva, foram pioneiros no estudo intensivo da região norte de Moçambique (Sinclair 1987; Duarte 1988:63).

Após isso, seguiram trabalhos posteriores de arqueólogos e historiadores como, Loforte (1990), Liesegang (1988), Adamowicz 1980, Duarte (1993,1987, 2012), Madiquida (2007), entre outros. Foram identificados vários entrepostos comerciais como, Vamisi, Matemwe, Somana, Foz do Lúrio, Nova Sofala, Chibuene, Ilha de Moçambique, Lumbo, Angoche, Quissanga Praia, entre outros, que desenvolveram contactos através do mar, com destaque para interação comercial e cultural através da troca de matéria-prima com produtos processados trazidos por mercadores asiáticos (Duarte 1993; Sinclair 1987; Macamo 2006).

Ainda, Liesegang identificou na região de Cabo Delgado estruturas Swahili e artigos importados como missangas e porcelana que evidencia o comércio marítimo antes da penetração colonial (Liesegang 1988).

Segundo Duarte (1993), um dos importantes entrepostos comerciais, designado Foz do Lúrio, foi identificado por uma equipa liderada por Ricardo Duarte. O local apresenta porcelana de origem chinesa, sendo a estação datada de 1214. Em Quissanga Praia (pertencente a cultura Swahili) foram identificadas missangas vidradas indo-pacíficas e porcelana chinesa, que evidencia o comércio antes da penetração colonial (Madiquida 2007:).

Duarte (1993) identificou, ainda, Somana que se localiza na província de Nampula. É uma ruína que evidencia a arquitetura classificada como Swahili. A cerâmica de Somana é pertencente a Tradição Lumbo, datada dos séculos XII-XIV. Os Swahili estavam envolvidos na rede comercial do Oceano Índico (Duarte 2012: 63).

Duarte & Meneses (1994) efectuaram investigações na Ilha de Moçambique, tendo identificados objectos importados, como porcelana, cerâmica vidrada e missangas. A sua localização no Oceano Índico tornou-se, desde século X AD, centro de encontro entre grupos culturais de origem africana, árabe, persa, turca e indiana.

Pollard *et al.* (2018) desencadearam investigações em Angoche, assentamento pré-colonial Swahili com evidências arqueológicas dos contactos marítimos. Dentre as evidências, foi identificada porcelana da dinastia Ming (dinastia que dominou a China de 1368 a 1644), que evidencia o comércio em Angoche desde 500 AD.

Sinclair (1987: 90-1) defende que um dos importantes locais do comércio antigo é Chibuene que estava integrado na rede comercial do Oceano Índico e sua importância como solução intermediária entre comerciantes interiores e transoceânicos, é a teoria amplamente aceite. Chibuene está localizado no distrito de Vilankulos, é um dos entrepostos comerciais mais antigo no comércio do Índico que, durante os séculos VII a XI AD, era o principal ponto de escoamento de produtos para interior. Sinclair identificou evidências do comércio marítimo pré-colonial, como missangas indo pacíficas, porcelana chinesa e Sassânida.

Macamo (2006), sustenta que Chibuene era um antigo entreposto comercial na baía de Vilankulos. Estava ligado ao desenvolvimento do comércio no vale do Limpopo, durante a transição para o II milénio.

Entretanto, algumas evidências da navegação marítima e dos contactos ao longo da costa oriental africana encontram-se submersos e que são de grande importância para reconstituir a história do comércio a longa distância e a navegação que alavancaram o desenvolvimento sócio-económico e cultural da região de Oceano Índico (Duarte 2012: 68).

Para Duarte (1993), a costa litoral norte de Moçambique, desde tempos antigos, foi o principal corredor para trocas comerciais. Madiquida (2007) salienta que o desenvolvimento e estabilização das trocas inter-regionais, entre as comunidades costeiras tinha começado a criar novas redes de comércio com mercadores árabes dos séculos VIII e IX AD). Os centros urbanos da região costeira da África Oriental foram, simultaneamente, os principais entrepostos comerciais entre comunidades africanas e islâmicas.

### 2.1.3. Fontes escritas

As fontes escritas na Costa Oriental de Africa têm sido analisadas de duas maneiras. A primeira, tem sido fontes escritas por viajantes, navegadores e geógrafos Árabes (Chittick 1994:25). A segunda, é através dos navegadores europeus que começam no final do século XV AD e no Século XVIII AD introduziram análises rigorosas de fontes assim como estudos de populações na costa oriental (Madiquida 2007:30).

#### a) Fontes Greco-Romanas

As primeiras fontes escritas conhecidas da africa oriental são Greco-romanas. Há poucas fontes relativas ao período antes do século VII AD. A mais importante fonte do início do primeiro milénio AD sobre o oceano Índico no período pré-colonial é o *Periplus Maris Erythraei – Périplo do Mar da Eritreia*, que é um testemunho ocular escrito por um agente comerciante Grego, de um período desconhecido (Huntingford 1980 citado por Madiquida 2007:31).

*Périplo do Mar da Eritreia* faz menção a costa litoral Moçambicana, particularmente, a costa do litoral de Cabo Delgado, que posteriormente foi evidenciada através da identificação de vestígios relativos ao comércio marítimo. Apesar da sua datação ser desconhecida, há vários autores, citados por Madiquida (2007:31), que fizeram uma possível datação entre primeiro e segundo século do primeiro milénio AD, como Chami (1994:25) que atribui 40-70 AD, Duarte (1993:19) que atribui entre primeiro a segundo século do primeiro milénio AD, Mathew (1975:150-63) entre 76-100 AD, Nurse & Spear (1985:25) entre 130 a 140 AD.

#### b) Fontes Árabes

Fontes Árabes, que datam o período Islâmico, contêm uma rica informação sobre as populações locais e aspectos de organização social e, acima de tudo, demonstram que os navegadores Árabes estavam interessados no comércio com a costa oriental desde tempos remotos. Haviam vários entrepostos comerciais na costa que mantinham as ligações comerciais com Ásia como Chibuene, Sena, Vamizi onde as fontes Árabes descrevem que a população tinha um sistema organizacional político e social, onde os navios Árabes com destino a Sofala ancoravam para obter suplementos (Madiquida 2007:31). Outra fonte Árabe importante é *Bilad al-Zanj* do século X-XI AD, que

descreve os Proto-Swahili assim como informações sobre organização social. Este documento foi escrito pelo marinheiro árabe Al-Masudi, comerciante da costa oriental africana (Juma 2004:17)

c) Fontes Chinesas

O primeiro documento escrito por chineses, fazendo menção a costa oriental africana, foi de Tuan Ch'eng-Shih no século IX AD. Ele escreveu o Yu-Yang-Tsa-Tsu, um compêndio sobre diferentes conhecimentos e informação sobre a costa oriental africana (Freeman & Grenville 1975:8 citado por Madiquida 2007:32). Outro documento importante é sobre Zanzibar e Somália no século XIII AD, foi escrito por Chao Ju-Kua, comissário do comércio externo de Ch'uan-chou da província de Fukien. Ele descreve Zanzibar como uma ilha com grandes montanhas e os habitantes são do Sul da Ásia com religião islâmica e vestiam roupas azuis e calçavam sapatos de couro vermelho. Todos os anos embarcações da Arábia eram enviadas a Zanzibar com tecidos de algodão de cor branca, porcelana, cobre e tecidos vermelhos para comércio (Freeman & Grenville 1975:21 citado por Madiquida 2007:32).

d) Fontes portuguesas

Porém, no final da primeira metade do século XV, os portugueses chegaram à costa leste da África. Esse período representa uma mudança acentuada na história da região. Muitos dos acordos comerciais descritos pelos primeiros geógrafos e marinheiros árabes ainda existiam. Para impor sua hegemonia, os portugueses destruíram alguns dos assentamentos comerciais e assumiram o controlo de outros no início do século XVI (D'Ornellas 1901; Dos Santos [1609]1999 citados por Madiquida 2015:69).

O principal objetivo dos portugueses não era de controlar o comércio da costa oriental de África, mas sim, de encontrar o caminho marítimo para a Índia e assinar tratados comerciais com o governador de Calecute, os Samorim, e estabelecer o comércio de especiarias, como é visto na primeira viagem de Vasco da Gama (Velho 2002:34 citado por Madiquida 2015:66).

Entretanto, mais tarde, isto é, com o regresso de Vasco da Gama, 1500 AD, o rei de Portugal começou a estabelecer contactos comerciais com os entrepostos da costa oriental de África, tendo enviado Pedro Cabral à Índia e Arábia em 1500 AD, com o

objetivo de estabelecer o comércio. Por sua vez, relatos da armada de Pedro Cabral indicam uma grande influência indiana e muçulmana na área ao sul de Sofala, e havia relatos, que toda a costa e as ilhas já eram habitadas por povos afro-islâmicos, cristãos e asiáticos (Rita-Ferreira 1982:52; Velho (2002:35-6).

A segunda viagem de Vasco da Gama à Índia em 1502 AD significou o início da conquista portuguesa da costa oriental de África, tendo resultado na submissão das cidades-estados mais ricas, pois o rei de Kilwa foi forçado a pagar um tributo anual ao rei de Portugal (Jayne 2004:64 citado por Madiquida 2015:66).

Com esta dominação, os nomes muçulmanos dos acordos comerciais anteriores na Costa Oriental Africana foram substituídos (como Inhambane, Angoche, Quelimane e Ilha do Ibo) e novos nomes e acordos comerciais foram estabelecidos, como foi o caso de Sofala (1505), Sena (1572), Ilha de Moçambique (1558) e também Tete. Duarte Barbosa (1521) citado por Madiquida (2015), explica a presença de mouros em Sofala como resultado do comércio de ouro com o Estado de Mwenemutapa.

As descrições do Frei João dos Santos ([1609]1999), sobre os habitantes do rio Zambeze, no final do século XVI AD são importantes porque foram escritas enquanto o encontro entre as comunidades africanas e os portugueses ainda era novo e as comunidades do Vale do Zambeze foram descritas de uma forma mais profunda que talvez fontes escritas posteriormente como parte de uma conquista colonial (Madiquida 2015:68).

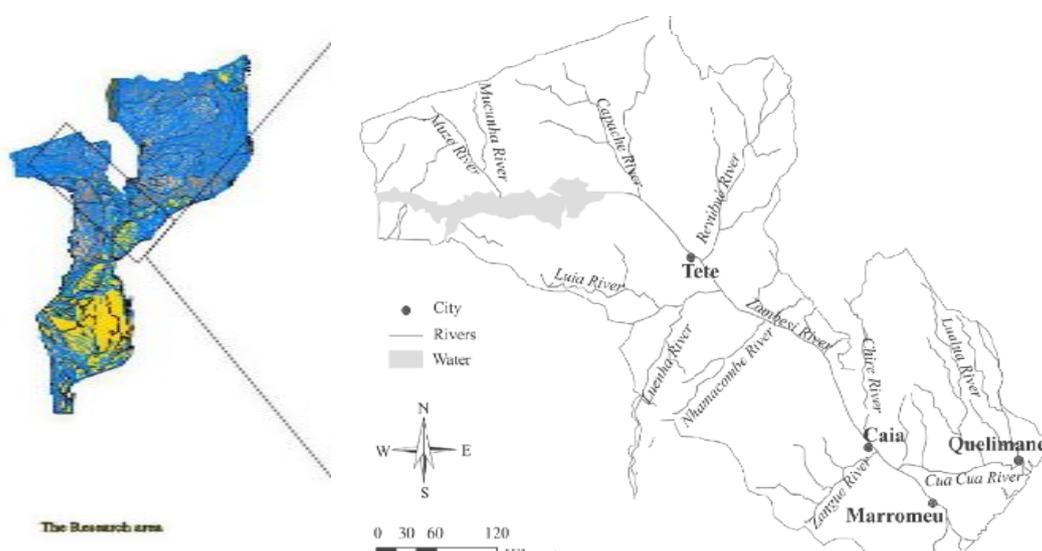
Fontes europeias fornecem descrições mais detalhadas em termos do comércio, os habitantes nativos da costa, os estabelecimentos de comércio, as plantas que foram cultivadas e o pastoreio de animais domesticados (Idem).

## CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

Neste capítulo pretendemos apresentar o panorama geográfico e físico-natural que caracteriza a área em estudo com objectivo de conhecer a localização geográfica, clima, vegetação, fauna, solos e paisagem que foram determinantes para o estabelecimento humano.

### 3.1. Localização geográfica

O Baixo Zambeze está localizado na região Centro de Moçambique e compreende as províncias de Tete, Sofala e Zambézia.



Mapa 31: Região onde compreende o Baixo Zambeze. Fonte: Madiquida (2015:30)

### 3.2. Clima

O clima é caracterizado por precipitação de estações separadas por um curto período de transição; um verão chuvoso onde a atmosfera é sub-húmida e intensamente quente e seca nos meses de inverno, caracterizada por um clima semi-árido (MAE 2005:1).

A área do delta do Zambeze recebe uma precipitação média anual de 1.200 mm. A duração da estação chuvosa varia de acordo com a distância do mar em média de seis a sete meses. Normalmente, a estação chuvosa começa no final de Outubro e vai até o final de Abril para as áreas localizadas mais próximas ao litoral, por exemplo, Chinde, Luabo e Marrromeu. A estação chuvosa é mais curta em áreas localizadas próximo ao mar incluindo as ilhas (Idem).

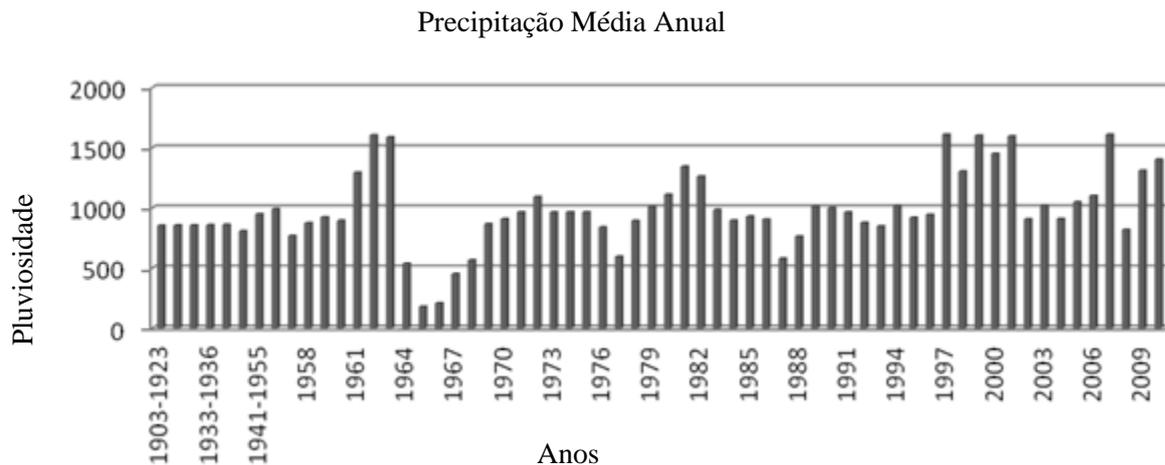


Tabela 3.1: Gráfico mostrando a precipitação média anual da área do delta do rio Zambeze. Anais Meteorológicos da província de Moçambique 1940-1975; INAM 1975–2009) (adaptado por Madiquida 2015: 28).

A temperatura, no delta, é alta com uma média anual entre 25°C – 26°C. As temperaturas médias dos meses mais quentes e mais frios são respectivamente 27°C a 28°C máximas e 20°C a 22°C no mínimo. A temperatura média máxima varia nos meses mais quentes (novembro a dezembro), entre 34 ° C e 36 ° C (Barreto Soares 1972 citado por Madiquida 2015:31; MAE 2005:1).

### 3.3. Vegetação

A vegetação circundante é caracterizada por árvores altas e grossas de manguezais e pântanos e constitui a mais extensa formação de manguezais e pântanos na costa leste da África (Madiquida 2015:30). Os tipos de vegetação de relevância para o Zambeze e a região costeira são, floresta húmida tropical de Miombo, tropical seco de savana ou floresta de mopane e savana de árvores de acácia-quente-temperada e tropical-seca e outra vegetação em mosaico (Morais 1988:21 citado por Madiquida 2015:38).



Figura 3.1:Vegetação do baixo Zambeze. Fonte: ANAC S/D

### **3.4. Fauna**

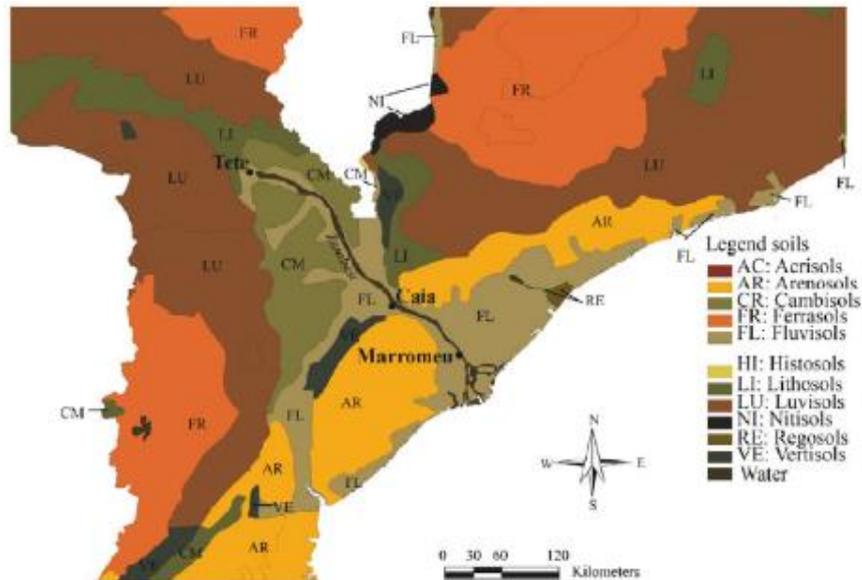
Na região do baixo Zambeze está localizada a reserva de Marrromeu que é integrante do Parque Nacional da Gorongosa (PNG) com alta biodiversidade de espécies. A fauna da região sofreu muito com as actividades humanas, particularmente, devido a Guerra Civil, caça furtiva e alteração de seus habitats naturais por meio de queimadas descontroladas, desmatamento e agricultura. A fauna é caracterizada por uma abundância de espécies de savana tropical e é muito diversificada, variando de elefantes, rinocerontes, búfalos, girafas a animais de tamanho médio e pequeno, como gazelas, macacos, pássaros e roedores.

### **3.5.Solos**

A região do Baixo Zambeze é integrante do sistema Urema, que é extensão do Vale do Rift (Madiquida 2015:77). O baixo do Zambeze, em Moçambique, pode ser descrito como um sistema físico complexo com quatro macro zonas compreendendo desfiladeiros estreitos, uma zona de transição, trechos trançados e uma zona de afluente costeira (Ronco *et al.* 2010). Nas áreas montanhosas, o canal do rio é confinado a um desfiladeiro profundo e estreito do vale e a declives acentuados (Ronco *et al.* 2010 citado por Madiquida 2015:37).

No baixo Zambeze, de Tambara ao delta (a aproximadamente 310 km), o rio corre principalmente, em depósitos aluviais quaternários (Ronco *et al.* 2010 citado por Madiquida 2015:37). Ainda, fazem parte da vasta bacia sedimentar de aluvião na

planície do delta do Zambeze com sedimentos marinho-estuarinos próximos à costa e através de alguns extractos isolados da plataforma de Mananga e pós-Mananga intercalados com manchas de cobertura arenosa (regiões de Chinde, Marromeu e Caia) (Suttner e Dutta 1986:329-345).



Mapa 3.2: Distribuição dos solos na região Centro, incluindo o Baixo Zambeze. Fonte: INIA 1982, FAO 1988 adaptado por Madiquida 2015:79.

### 3.6.Paisagem

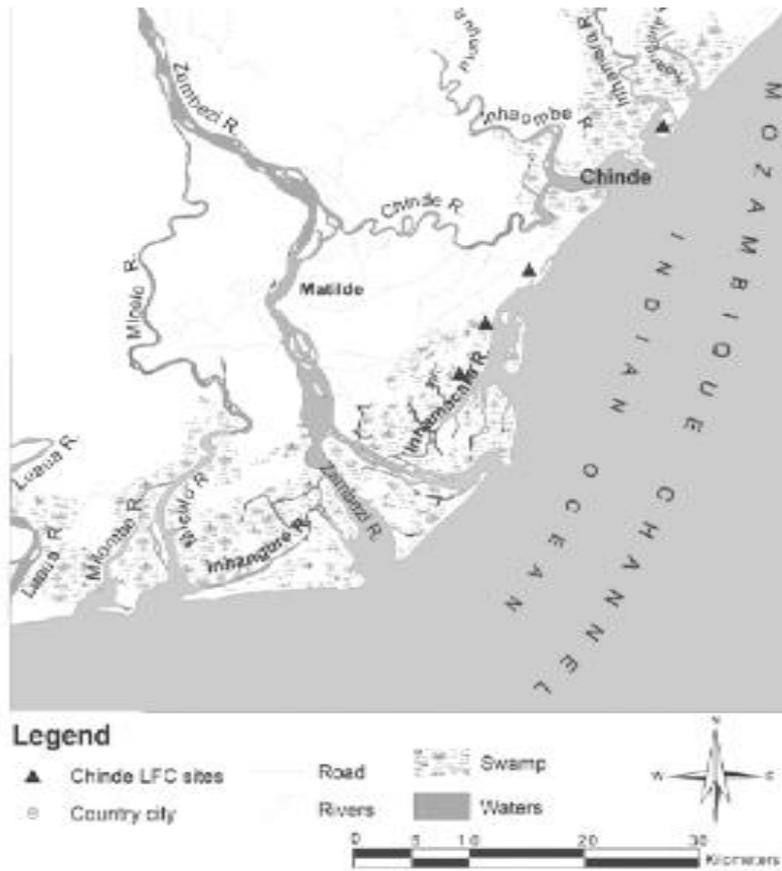
Formado pelo rio Zambeze, o delta compreende várias microzonas ecológicas formadas por planícies aluviais. A vegetação dos bancos e do terreno circundante são caracterizadas por árvores altas e grossas de manguezais e pântanos e constituem o manguezal mais extenso e a formação de pântanos na costa leste africana. A área do delta é composta, principalmente, de planícies de aluviões com floresta pantanosa, bosques e capim denso nos vertisolos associados com áreas baixas nas margens do leito do rio (MAE 2005; Madiquida 2015:46).



Mapa 3.3: Contexto paisagístico do Baixo Zambeze. Fonte: [ccssgeografia.blogspot.com](http://ccssgeografia.blogspot.com)

O baixo Zambeze é composto por planícies ou terraços de aluviões com relevos pouco elevados formados como resultado de deposições fluviais sucessivas ao longo do tempo com a floresta de tipo savana que não ficam inundados.

A área do delta do Zambeze é um sistema complexo formado como resultado de águas de fluxo lento, produzindo vários estuários de forma triangular, a partir de Mopeia, a área onde a extensa planície aluvial rasa começa, aproximadamente, 120 km a oeste do rio. Isso resulta em uma rede de canais distribuidores do delta do Zambeze, com o rio se ramificando em vários canais menores, com margens arenosas muito baixas cobertas por juncos. O rio Zambeze continua para o sudeste até a costa, juntando-se ao mar em um estuário relativamente pequeno no Oceano Índico (Madiquida 2015:25). A sua superfície é de aproximadamente 1,2 milhões de hectares, com uma extensão de 200 km na parte oriental, ao longo da costa do Oceano Índico, limitada a norte pelo rio Cuacua, perto da cidade de Quelimane e a sul pelo rio Zuni (Beilfuss e Santos 2001:29 citados por Madiquida 2015:30).



Mapa 3.4: Mapa topográfico da foz do rio Zambeze. Fonte: Madiquida 2015:89.

## **CAPÍTULO IV – EVIDÊNCIAS DO COMÉRCIO Á LONGA DISTÂNCIA NO BAIXO ZAMBEZE, LIGANDO A NOVA SOFALA, ANGOCHE E ILHA DE MOÇAMBIQUE E SEUS IMPACTOS**

Neste capítulo pretendemos enquadrar a interpretação das evidências do comércio a longa distância no Baixo Zambeze. Neste contexto, analisamos as fases do comércio a longa distância e as rotas. Fazemos referência aos sistemas de organização social e política com impacto no comércio a longa distância no Vale do Zambeze no geral e entrepostos comerciais do Baixo Zambeze, em particular. Neste contexto, são apresentadas as evidências deste comércio, sua tipologia, origem, capital mercantil dominante, cronologia, e sua ligação com os entrepostos de Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique. No mesmo capítulo, fazemos, também, uma breve apresentação dos impactos cultural, social e económico do intercâmbio comercial no Baixo Zambeze e Costa Litoral Norte.

### **4.1. Fases do comércio a longa distância**

Fontes arqueológicas e escritas ou históricas sobre o comércio a longo da costa, sugere a divisão em períodos. Sendo assim, o primeiro período está associado ao início e desenvolvimento do comércio Asiático na Costa Litoral Norte e Delta do Vale do Zambeze (I-IXV AD), com destaque para Árabes e penetração e dominação europeia (XV AD). Para Rita-Ferreira (1978) a primeira fase da ocupação portuguesa teve como objectivo a expulsão dos árabes e sua substituição por comerciantes portugueses.

#### **4.1.1. Primeira fase (I-IX AD)**

O comércio árabe conheceu o seu desenvolvimento a partir do século I, período em que começaram a chegar à costa oriental da África navegadores vindos de diversas regiões da Ásia. Estes navegadores eram comerciantes indonésios, indianos, persas, árabes e chineses. O seu objectivo era trocar produtos dos seus países ou das regiões por onde passavam, com produtos das terras africanas (Rita-Ferreira 1978:8).

A costa litoral liga-se a um interior com regiões férteis e ricas com extensos rios, variada fauna e jazidas minerais, destacando-se as de ferro, ouro, prata e cobre. Estas riquezas atraíram, durante séculos, comerciantes das mais diversas origens da Ásia que se dirigiam para negociar com as populações locais (Duarte 1987:5).

É neste povoamento proto-banto que já se dispersava pelo litoral no início do primeiro milénio AD, que se insere um factor exógeno que veio iniciar profundas transformações: o advento dos navegadores asiáticos, oriundos da Indonésia, Arábia, Pérsia e Índia (Rita-Ferreira 1982:35).

Eles traziam panos de algodão, missangas, sal, louça e levavam em troca ouro, marfim, ferro, cobre e peles de animais, e, por vezes, levavam também escravos. As trocas não se faziam com dinheiro. Os produtos levados eram vendidos nos mercados asiáticos com grandes lucros, porque eram muito procurados. Destes comerciantes, os que mais importância tiveram para a nossa história foram os árabes (Rita-Ferreira 1978:8).

Para realizar o seu comércio, eles construíaam pequenas povoações à beira-mar ou na margem dos rios, e aí se estabeleciam, para trocar as mercadorias vindas de longe, pelos produtos locais. A estas povoações chamamos feitorias. A primeira feitoria fundada em Moçambique foi a de Sofala. Depois foram criadas as feitorias de Angoche e da Ilha de Moçambique (Rita-Ferreira 1978:8).

Entretanto, evidências arqueológicas advindas da região sul de Moçambique, Chibuenne, constituídas por cerâmica vidrada de Origem Sassânida, mostram antiguidade do comércio a longa distância anterior ao século X AD.

As trocas comerciais entre as feitorias e os povos do interior africano eram feitas por intermediários árabes e africanos. Os contactos com os Estados Zimbabwe e Monomotapa facilitaram o rápido desenvolvimento das feitorias árabes. Nessas feitorias desenvolveu-se o comércio e daí resultou o domínio económico árabe. Os árabes introduziram, em certas regiões do nosso país, a sua religião, o Islamismo, como forma de manterem e desenvolverem o seu comércio. Foram, também, eles e outros comerciantes asiáticos que introduziram em Moçambique as bananas, o arroz, a cana-de-açúcar, as mangas, as laranjas, os limões e a técnica de tecelagem de panos de algodão (Rita-Ferreira 1978:8).

A importância da interação na estrutura económica social e cultural da costa oriental da África foi enorme, não somente devido aos aglomerados urbanos que ali emergiram como resultado dos contactos directos, mas também devido ao impacto nas estruturas económicas do interior da parte austral do continente africano, com o desenvolvimento de poderosas entidades políticas centralizadas, o Grande Zimbabwe (Idem). O Vale do

Zambeze foi uma rota importante para as minas de ouro localizadas no planalto do Zimbabwe (Macamo 2006:161)

O rio Zambeze, por causa da sua fácil navegabilidade, serviu desde há muito tempo como via de escoamento de diferentes produtos, desde o interior para a costa do Índico e vice-versa (Newitt 1995:59).

Segundo D. W. Phillipson (1976), os espólios arqueológicos estudados levam a concluir que os contactos a longa distância afectavam unicamente a região aurífera planáltica entre o Limpopo e o Zambeze, e respectivas rotas comerciais, tendo Sofala como seu principal entreposto marítimo (Rita-Ferreira 1982:35).

Para Madime (2015:3), a região de Sofala, a partir do início do segundo milênio AD, estaria ligada ao comércio internacional com o Golfo Pérsico. Em 1502, os portugueses fixaram-se em Sofala possivelmente para controlar as rotas comerciais provenientes do interior, principalmente, o escoamento do ouro.

As invasões árabes iniciadas cerca de 640 AD e as profundas transformações políticas subsequentes não prejudicaram esse comércio africano. A ascensão dos califas Abassidas em 750 AD e a transferência da capital para Bagdad acelerou o tráfico marítimo, propriamente, islâmico (Rita-Ferreira 1978:36).

#### **4.1.2. Segunda fase, período de penetração mercantil europeia (XV-XIX AD)**

Esta fase está relacionada a penetração europeia. Nos finais do século XV AD, o Rei de Portugal organizou uma expedição chefiada pelo navegador Vasco da Gama, com o objectivo de descobrir o caminho, por mar, entre a Europa e a Índia. O comércio na Europa tinha atingido um desenvolvimento muito elevado. Do Oriente chegavam especiarias e outros produtos, mas o percurso por terra tornava os produtos muito caros à sua chegada à Europa. O caminho marítimo facilitaria o comércio, tornando os produtos mais baratos. Esta expedição parou em alguns pontos da costa actual do nosso País e, em 1498, chegou à Ilha de Moçambique (Rita-Ferreira 1978:10)

Quando os portugueses chegaram a Moçambique já havia um complexo sistema de intercâmbio montado ligando, através do Oceano Índico, povos e civilizações diversas. Desde as conquistas do grande rei da Macedónia, Alexandre o Grande (356-323 AD.), que o comércio, desta região do mundo, se ligou a Europa (Duarte 1987:6).

Quando os portugueses se perceberam da vantagem da costa litoral norte, preocuparam-se, desde logo, em ocupar a Ilha de Moçambique, base que servia, fundamentalmente, para dar apoio aos navios que por ali passavam. Esta posição, de grande importância para o controlo do caminho marítimo para a Índia, assegurava a Portugal, praticamente, o monopólio do comércio das especiarias orientais consumidas na Europa: pimenta, canela, cravo-da-Índia, entre outros. Na costa moçambicana, os portugueses procuraram dominar outras posições estratégicas ou de interesse comercial. Entre estas, destaca-se Sofala, por onde eram escoados o ouro e o marfim vindos do interior. Nos seus planos, os mercadores portugueses pretendiam substituir aos árabes no controlo de todo o comércio da costa oriental de África. Os árabes ofereceram uma forte resistência, mas acabaram por ser praticamente neutralizados (Rita-Ferreira 1978:10).

Para aniquilar a presença árabe, os portugueses ocuparam Sofala em 1505 e, mais tarde, Quelimane, Sena e Tete, no rio Zambeze. Nestes pontos, os portugueses estabeleceram pequenos entrepostos comerciais onde os mercadores se abasteciam para o seu comércio no interior, e colocaram aí tropas para proteger os seus interesses. Ao eliminar a influência comercial árabe e com a ocupação das posições estratégicas nas rotas comerciais, os portugueses criaram condições para penetrarem no interior do território (Idem).

Os ascendentes dos xeiques de Sancul reinaram na Ilha de Moçambique até serem desalojados pelos Portugueses no Século XVI AD (Rita Ferreira 1982:91).

Uma expedição militar comandada por Francisco Barreto, em 1572, foi enviada com intuito de reforçar a dominação comercial portuguesa e ocupação das regiões onde se situavam as minas de ouro e prata do Monomotapa. Como pretexto, os portugueses consideraram-na uma expedição punitiva, enviada para vingar a morte do missionário Gonçalo da Silveira, que desaparecera na corte do Monomotapa após o ter baptizado juntamente com a sua família (Rita-Ferreira 1978:10). A coluna deparou com forte resistência armada da população e, não preparada para lutar nas condições de terreno e de clima que encontrou, foi parcialmente dizimada, ao longo do caminho que percorreu para chegar ao interior. Reforçada por novas tropas fortemente armadas, a expedição portuguesa acabou por entrar em contacto com o Monomotapa, que nessa altura se via ameaçado por um Estado rival. O Monomotapa fez, por isso, a paz com os portugueses, em troca de armas e de auxílio militar capazes de o manter no poder. No entanto, não

divulgou os locais onde se situavam as minas, utilizando com esse fim vários subterfúgios que conseguiram enganar os portugueses (Idem).

Ficou estabelecido que, para poderem negociar e atravessar as suas terras, os comerciantes portugueses tinham que pagar tributo aos chefes africanos, como já faziam os árabes. Para facilitar o comércio, os portugueses começaram a reunir-se periodicamente em lugares fixos, onde os povos do interior iam levar os seus produtos. Esses locais de comércio eram chamados Feiras. O representante português de todas elas junto ao Monomotapa, tinha o título de Capitão. Ia de tempos a tempos efectuar o pagamento do tributo à capital, não podendo entrar nela nem calçado nem armado, em sinal de respeito (Idem). Esse tributo tinha o nome de curva. Sempre que os portugueses faltassem ao seu pagamento, o Monomotapa tinha direito à empata, isto é, ao confisco de todos os bens dos comerciantes portugueses que se encontrassem nas suas terras (Rita-Ferreira 1978:13).

É de conhecimento que o sistema comercial monopolista introduzido pela Coroa Portuguesa, exigia preços elevados pelos artigos vendidos e preços reduzidos pelas matérias-primas compradas. Por outro lado, os portugueses, dificilmente, conseguiam abastecer o mercado africano com os artigos de maior procura. Este facto, impulsionou o desenvolvimento de contrabandos, e Angoche surgiu como centro ideal, pois o desvio, para Norte, da rota entre o litoral e o planalto aurífero já se encontrava consolidado por ocasião da chegada dos Portugueses. Os islamizados que dominavam o comércio com o interior agiam como sujeitos económicos independentes e, recorrendo ao vale do Zambeze, procuraram evitar a interferência do Xeique de Sofala (Rita Ferreira 1982:78). As mercadorias importadas partiam de Angoche em zambucos até ao delta do Zambeze, onde eram descarregadas na capital de um chefe poderoso denominado Mongalo localizada na foz do rio, que cobrava direitos e alugava canoas para o longo transporte fluvial até ao mercado de Utonga, perto da actual Sena.

Adiante, uma vez estabelecida feitoria de Sofala, os portugueses notaram que o intercâmbio comercial decaía de modo alarmante. Com isso, após um período de relações pacíficas com Angoche, decidiram atacar o sultanato em 1511. Depois do ataque não deixaram no local qualquer guarnição. Contudo, no mesmo ano, libertaram o xeique aprisionado, através de troca pelo comandante de um barco naufragado. Lobato

considera que esta acção foi um fracasso político, pois, rapidamente o sultanato conseguiu reerguer-se (Lobato 1954 citado por Rita Ferreira 1982:90).

O declínio paulatino do primeiro período de prosperidade de Angoche está intimamente ligado ao progressivo domínio do vale do Zambeze pelos Portugueses, que provocou a interrupção das ligações comerciais que existiam entre Angoche e planalto aurífero, através do rio Zambeze. Não obstante, também contribuíram para o declínio de Angoche as rivalidades internas entre as linhagens dirigentes (Rita-Ferreira 1982:90).



Mapa 5.5: Entrepósitos comerciais mencionados no texto. Fonte: Adaptado de Isendahl 2006:24.

Com a dominação portuguesa no Vale do Zambeze, no geral, começaram tentativas de estudos demográficos para melhor garantir a colonização e a consolidação. Em 1722, existiam cerca de 300 portugueses, 180 indianos e 2.900 africanos batizados e 57 nos rios de Sena. Em 1735, tomando o exemplo de Tete, moravam na cidade 47 portugueses (de 15 famílias), 65 filhos de Goa, 113 filhos da Terra, 769 Escravos batizados, somando 994 cristãos. Entretanto, estes números são pouco confiáveis, pois, são estimativas de viajantes portugueses em trânsito na região, ignorando, na maioria dos casos, as zonas rurais onde se situavam os prazos (Baltasar 2016:19).

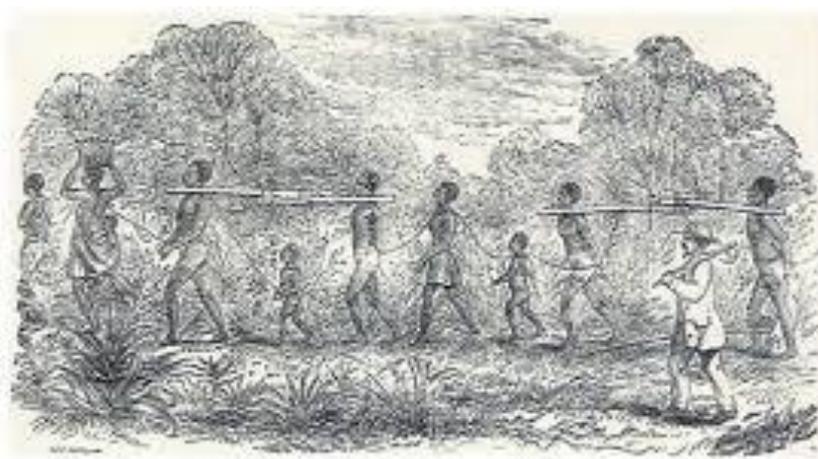
No decorrer do séc. XVIII AD dispomos de estudos mais aprofundados, mercê de uma maior preocupação da Coroa em quantificar as populações ultramarinas. A generalidade

destes estudos restringe os habitantes aos “cristãos” dando apenas visibilidade sobre uma franja populacional que estava longe de representar o universo do vale do Zambeze. Entretanto, a partir do séc. XIX as contabilizações disponíveis são mais abrangentes (Andrade 1985:99 citado por Baltasar 2016:19).

#### **4.2. Sistema de prazos**

Em fins do século XVI AD, os portugueses pretenderam controlar e colonizar as terras situadas ao longo do rio Zambeze. Para tal, introduziram, na região, o sistema de prazos, que eram grandes extensões de terra que o governo português dava aos colonos vindos de Portugal ou de Goa, na Índia. Estas terras passavam depois para as filhas desses colonos até à terceira geração. Depois disso, deviam ser devolvidas ao governo português. Os prazeiros, isto é, os beneficiados deste sistema, deviam casar-se com pessoas vindas de Portugal. Pretendia-se dessa forma instalar famílias de colonos que prolongassem a ocupação do território (Rita-Ferreira 1978:15).

A introdução do sistema de Prazos, foi a primeira tentativa de colonização organizada feita pelos portugueses. As terras distribuídas aos prazeiros, eram conquistadas pelas armas ou obtidas por consentimento das autoridades locais. O sistema de prazos existiu apenas na região do Zambeze, entre Tete e Sofala (Idem). Os prazos no vale do Zambeze, acabaram sendo essencialmente bolsas de escoamento de mercadorias (ouro, marfim numa primeira fase e de escravos numa segunda fase) que aproveitaram o rio Zambeze como via natural<sup>1</sup>.



---

<sup>1</sup> <https://escola.mmo.co.mz/historia/os-prazos-da-coroa-do-vale-do-zambeze/>

Figura 5.2: Encaminhamento de escravos saindo do Vale do Zambeze para Ilha de Moçambique. Fonte: MMO Escola.

Os prazos foram o resultado do cruzamento de dois sistemas sociais de produção, sendo um pré-existente na sociedade Chona (com dois níveis, o dos camponeses das mushas vivendo num regime de relativa autarcia e o da aristocracia dominante formada pelos mambos e fumos).

Conforme exposto, ainda no séc. XVI AD, os primeiros comerciantes portugueses aventuraram-se no vale do Zambeze na senda do negócio do ouro do Monomotapa, seguindo o trilho das redes comerciais muçulmanas que desembocavam em Sofala (Baltasar 2016:36).

O ouro e marfim configuraram base da economia dos Prazos da coroa até finais do século XVIII e dos escravos, mais tarde. Os camponeses das Mushas tinham a seu cargo a produção material de subsistências canalizadas parcialmente para a aristocracia prazeira através da relação de produção expressa no mussoco, uma renda em géneros. Porém, milhares de cativos alimentados pelos camponeses garantiam a segurança militar dos Prazos e o livre escoamento dos produtos excedentários dos camponeses<sup>2</sup>.

As razões do declínio dos prazos, estão associadas ao desenvolvimento do tráfico de escravos que chegou a obrigar alguns prazeiros a sacrificar os camponeses residentes no seu território e os Achicundas, seu exército e as invasões Nguni resultantes do movimento Mfecane (Idem).

### **4.3. Rotas comerciais do Baixo Zambeze**

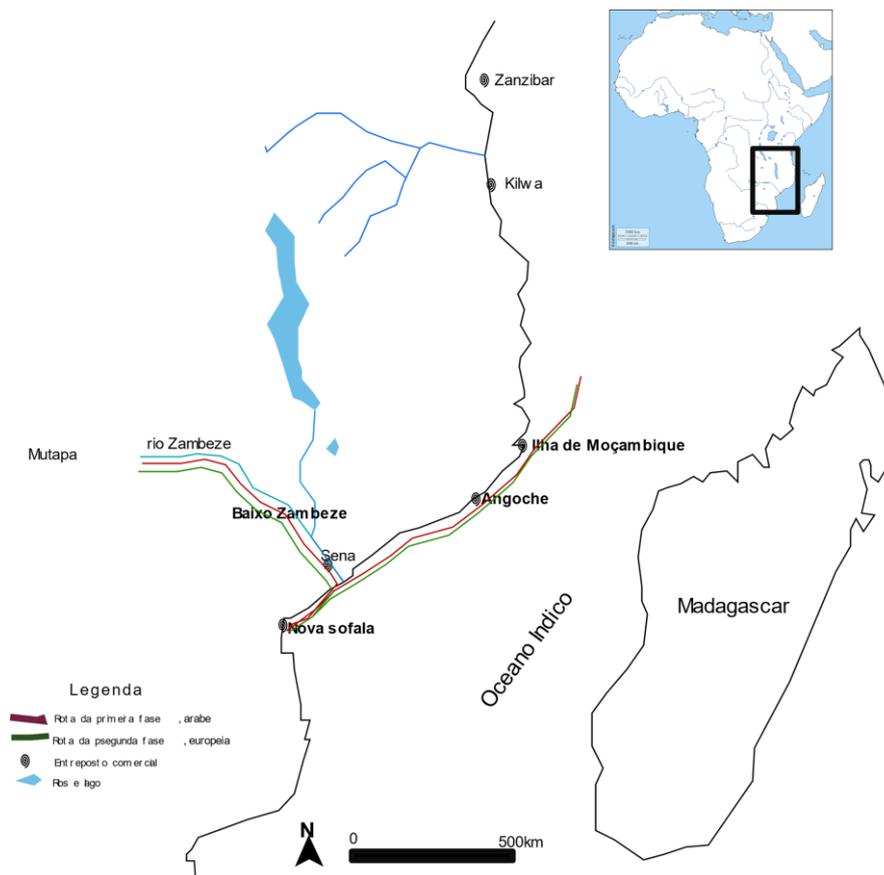
Através dos diferentes documentos analisados, podemos concluir que as rotas do comércio a longa distância que interligavam o Baixo Zambeze estavam despostas de formas distintas nos dois períodos, antes e após a penetração colonial:

- a) Numa primeira fase (até o século XVI AD), as rotas que interligavam o Baixo Zambeze, provinham da região aurífera do Estado de Mutapa, passando pelo rio Zambeze, incluindo Nova Sofala e desembocava no Oceano Índico, através da Foz do rio Zambeze, e daí para os entrepostos comerciais ao longo do Índico, como Angoche, Ilha de Moçambique, entre outros, que, por sua vez, da costa litoral norte seguiam para outros continentes;

---

<sup>2</sup> <https://escola.mmo.co.mz/historia/os-prazos-da-coroa-do-vale-do-zambeze/>

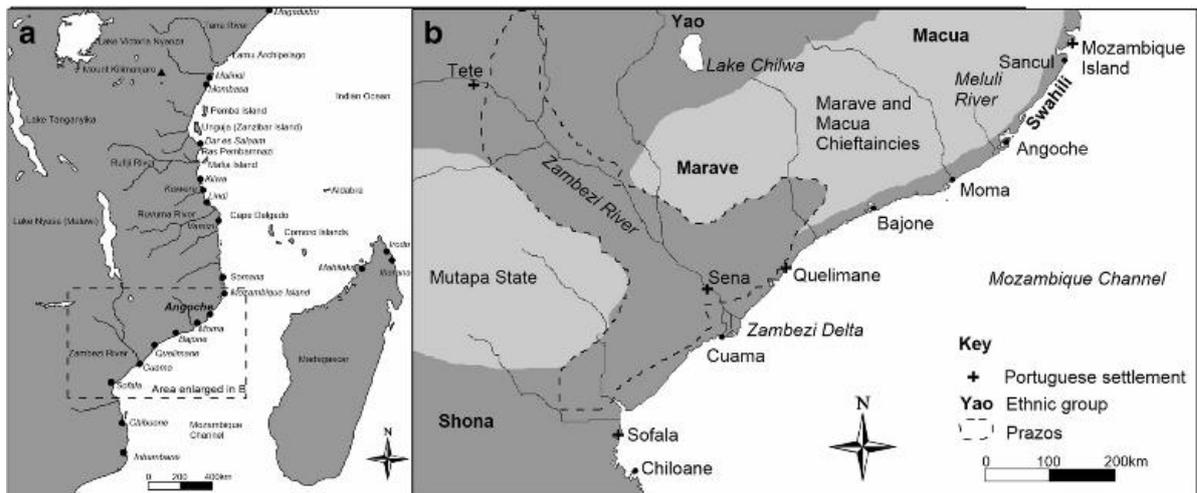
b) Numa segunda fase, após a destruição de alguns entrepostos Árabes e o declínio de Sofala o estado de Mutapa transferiu a sua capital para junto do rio Zambeze e usava esse rio para escoamento do ouro. Isso levou ao governo Português a fortificar a pequena povoação Árabe de Sena para controlar a saída de mercadorias através do Rio Zambeze, que por sua vez, seguiam para os entrepostos comerciais da costa litoral norte e oceano indico.



Mapa 5.6: Transporte de escravos saindo do Vale do Zambeze para Ilha de Moçambique. Fonte: MMO.

Outro aspecto que podemos notar, está aliado a toponímia. Conforme Duarte (1993:41), grande parte do território, que hoje compõe Centro de Moçambique, foi no período pré-colonial conhecido como Sofala, localizada no Sul da região dos Zanj. Esta condição desafia os investigadores a identificar as cidades relatos pelos viajantes e geógrafos do período pré-colonial.

Contudo, grande parte dos entrepostos comerciais, mantinham ligações através do Oceano Índico e rio Zambeze, permitindo que se procedesse o intercâmbio cultural, alterações no contexto político e social.

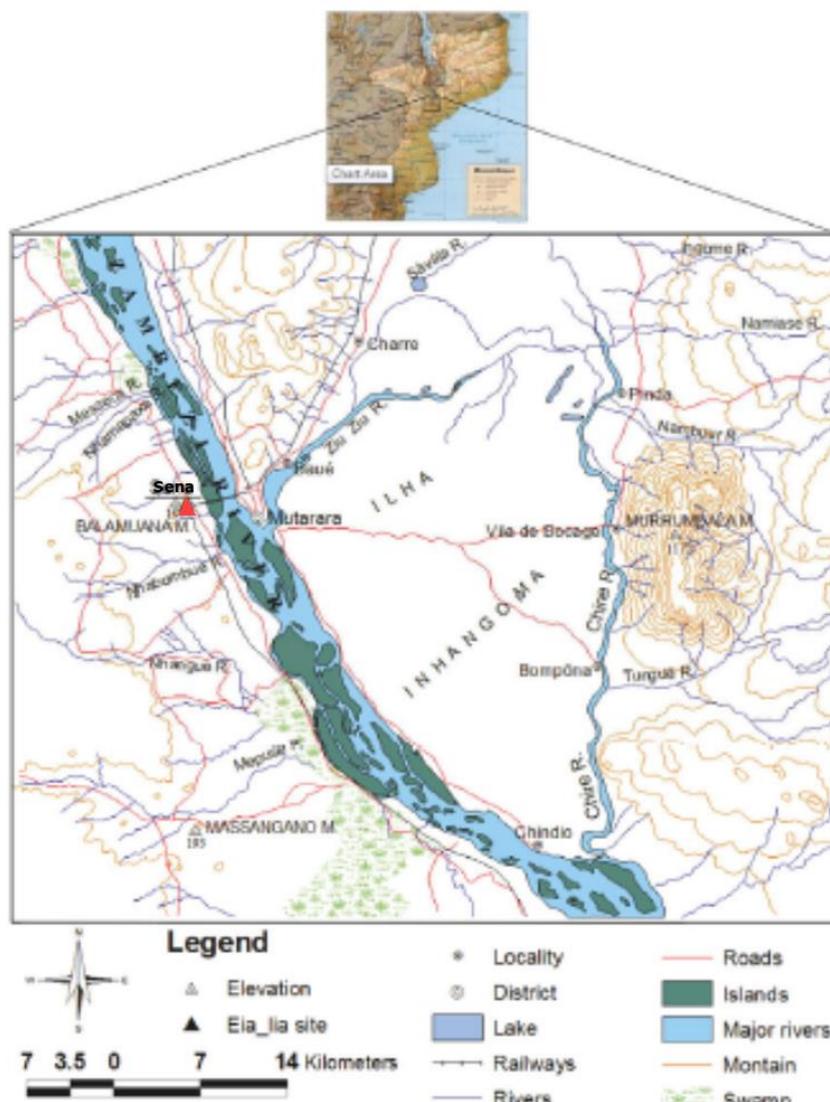


Mapa 5.7: Entrepósitos que mantinham ligações através do oceano Índico e rio Zambeze e interior. Fonte: Pollard et al. 2018:445

#### 4.4. Baixo Zambeze e ligações com Nova Sofala, Angoche e Ilha de Moçambique

##### a) Sena

Sena situa-se numa posição elevada na margem direita do baixo Zambeze, nas encostas das montanhas de Balamwana (17°2629.2S; 35°0158.6E). Está localizada a aproximadamente 210 km da costa, fora da área de inundações (Madiquida 2015:79).



Mapa 4.8: Entrepósito de Sena. Fonte: Madiquida 2015:84.

As evidências arqueológicas identificadas na região de Sena, demonstram que toda vila, a par do que acontece na Ilha de Moçambique, é uma estação arqueológica (Idem:83). Este facto, demonstra o grande impacto que o comércio a longa distância teve nas regiões do Baixo Zambeze.

Para além das evidências de artigos importados, Sena apresenta um acervo constituído por:

- Cerâmica local;
- Objectos de ferro;
- Missangas locais;
- Missangas vidradas indo-pacíficas;
- Fragmentos de porcelana Chinesa e Europeia;

- Ossos de animais;

A presença do material arqueológico até a profundidade inferior e a tipologia da cerâmica encontrada sugere longo termo da ocupação desde a IFI até a IFS. Uma datação de C14 deu a idade mais recente que o período esperado. Entretanto, tipologicamente a cerâmica da IFI pode ser datada entre 200-600 AD. O material dominante era do período da IFS, compreendendo tijelas abertas e potes da cozinha globular com pescoço ou carenado, com motivos decorativos diferentes, principalmente, estampado em forma pente e com linhas incisas paralelas combinadas ou triangulares, limitadas por linhas no pescoço ou no ombro, datada entre séculos XI-XII AD ou mais tarde (Madiquida 2015:154).



Figura 4.3: Alguns cacos de cerâmica de Sena. Fonte: Madiquida 2015:143.

Os primeiros relatos sobre existência de entreposto comercial no Baixo Zambeze conhecido como Sayūna, são de origem Árabe, que podem ser tomadas como uma referência a Sena. No Mapa al Idrīsī, do século XII da costa da África Oriental, Chittick e Rotberg (1975: 138) citados por Madiquida (2015:83), aparecem duas cidades com o mesmo nome, uma na foz do rio Rovuma e outra na foz do rio Zambeze (Idem:83).



Mapa 4.9: Mapa de Ildrīsī 1154, a costa Oriental africana. Fonte: Madiquida 2015:64.

Fontes escritas (Barbosa 1521; dos Santos 1609; Castro 1750; Godinho 1963 citados por Madiquida 2015:83), mostram que Sena era entreposto comercial no passado e que vários produtos foram transportados através de Sena para o litoral e vice-versa, sendo que alguns dos produtos foram também vendidos em Sena.

Por sua vez, Rita-Ferreira (1982); Duarte (1987), citados por Madiquida (2015:83), argumentam que Sena teria sido ocupada por árabes, que fundaram uma pequena aldeia

muçulmana e desenvolveram o comércio à longa distância mesmo antes da presença portuguesa na região.

Com chegada dos portugueses, Sena foi o principal ponto de partida da expansão portuguesa no interior de Moçambique. Os portugueses construíram a fortaleza de Sena em 1572 a mando de Francisco Barreto, então governador de Moçambique. A fortaleza consistia em um alinhamento de madeira (taipe) para servir de barreira. A fortaleza é chamada Forte de S. Marçal e abrigava uma capela e uma casa fabril (Montez 1969 citado por Madiquida 2015:83).



Fotografia 4.1: Fortaleza de Sena. Fotografia: Madiquida 2015.

Entretanto, desde muito cedo, desempenhou funções comerciais. Isso pode ser indicado por evidências de comércio à longa distância encontradas em abundância no local. Com as escavações em Sena, foi possível identificar uma ampla gama de evidências de artigos importados, tais como: missangas vidradas, fragmentos de porcelana e fragmentos de vidro.

Foram abertas duas sanjas teste e em ambas apareceram, contas de vidro e fragmentos de porcelana. O material vidrado é dominado pela cor verde (Madiquida 2015:144). Sena era o centro onde uma variedade de mercadorias era trocada e a interação com culturas diferentes de várias partes do mundo era evidente (Godinho 1963:222 Madiquida 2015:144).

Provavelmente a porcelana fosse destinada à classe dominante ou a alguns asiáticos estabelecidos ao longo da costa ou no interior, principalmente em Sena. Assim, Sena foi um dos entrepostos comerciais mais significativos no vale do Zambeze, onde muitos produtos foram trocados e os mesmos entraram no sistema da rede comercial à longa distância entre a costa do Oceano Índico e o interior e vice-versa (Idem).

A porcelana era dominada por artigos chineses, azul e branco, com decoração naturalista, que representava a natureza, a paisagem, os palácios ao lado de fragmentos não decorados. Os tipos dominantes podem ser colocados no período Qing Inicial (séculos XVII a XVIII) e no período Qing tardio (século XVIII a XIX).



Figura 4.4: Porcelana de origem chinesa de Sena. Fotografia: Madiquida 2015.

Também foi identificada a porcelana de origem europeia, como azul em branco, azul e verde em cinza, com uma variedade de motivos. A maioria desses produtos pode ser

datada, tipologicamente, do século 20 (Duarte 1993; Macamo 2006 citados por Madiquida 2015:147).

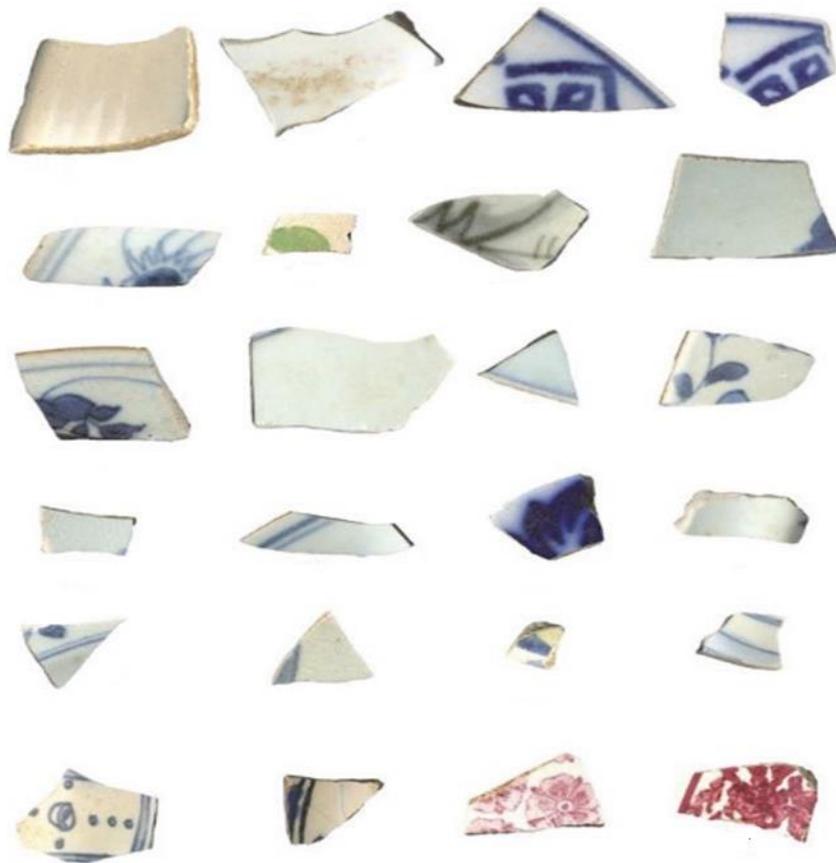


Figura 4.5: Porcelana de origem europeia de Sena. Fotografia: Madiquida 2015:145.

No que diz respeito aos fragmentos de vidro, grande parte destes eram pequenas, esferas de vidro trefiladas e as cores dominantes eram acastanhadas. Alguns fragmentos em forma de esfera são de vários períodos e foram manufacturados a partir de 1600 AD, até meados da década de 1830, bem como pequenos e cilindros brancos achatados que aparecem em números significativos nos contextos da África Austral desse período. Muitos deles eram vermelho-acastanhado opaco, cilindros e achatados (conhecidos como vermelho indiano). O preto, azul sólido, amarelo, verde, laranja e azul esverdeado eram missangas indo-pacíficas feitas na Índia entre o século II BP e o século XVII AD (Wood 2011:13 citado por Madiquida 2015:151).



Figura 5.6:Fragmentos de vidro de Sena. Fonte: Madiquida 2015:150.

Este tipo de evidências foi também identificado na Ilha de Moçambique por Duarte & Meneses 1996 e Madiquida & Miguel 2004. A Ilha de Moçambique foi um entreposto comercial de grande relevância, de onde estavam estabelecidos diversos povos (swahili, árabes, indianos). A partir do século XVI, começa a ser povoada por europeus, constituindo um ponto de actividades comerciais inter-oceânicas (Duarte & Meneses 1994:6).

Ao nosso ver, este facto demonstra que o Baixo Zambeze estava interligado a Ilha de Moçambique e outros entrepostos comerciais, ou seja, havia uma rede comercial antes da chegada dos portugueses, conformem referem alguns documentos escritos. Este comércio foi extensivo após a penetração mercantil europeia, que a rede do oceano sofreu impacto. De igual forma, foram identificados em Nova Sofala, assentamento pré-colonial, porcelana chinesa e missangas vidradas em 2018, por uma equipa de pesquisa a qual a autora estava integrada, liderada pelo prof. Hilário Madiquida.

Liesegang (1992), identificou na área, túmulos islâmicos, porcelana chinesa, missangas vidradas, cerâmica, entre outras evidências. Estes objectos indicam a existência de um assentamento pré-colonial, que mantinham ligações comerciais com o Baixo Zambeze,

facto que veio a ser reforçado com as recentes investigações no âmbito do SIDA-SAREC.

Segundo Madiquida (2015:155), os produtos exóticos podem-nos ajudar a compreender as mudanças nas redes da troca do Baixo Zambeze, através de Sena. Assim, no início do final do segundo milénio (1700 AD), o comércio da porcelana estava dominado pelos artigos chineses que sugere que Sena encontrava-se em contacto directo com o comércio a longa distância Swahili. Nos períodos tardios os artigos europeus tornaram-se mais comuns, provavelmente aliados a mudança nos padrões do comércio, posterior controlado pelos portugueses.

Outra interpretação sobre a ligação comercial do Baixo Zambeze, associado ao desenvolvimento do comércio em Sena, estava relacionado ao declínio do porto de Sofala no final do século XV e à intensificação do comércio pela rota alternativa Tete-Sena-Angoche (Dos Santos [1609],1999; D'Ornellas 1901; Rita-Ferreira 1982). Isso criou condições de prosperidade para Sena. Assim, os habitantes de Tete trocavam seus produtos na vila de Sena.

O aparecimento da porcelana chinesa em Sena ajuda a entender a cronologia das actividades e redes comerciais, indicando que essas datam do século XVII-XX, um período de 300 anos. Na fase inicial desse comércio, a porcelana era dominada por mercadorias chinesas que podem estar associadas à rede comercial da época. Sena estava em contacto directo com o comércio à longa distância costeira através de uma pequena aldeia aqui localizada. No período posterior, os produtos europeus se tornaram mais comuns, talvez ligados a uma mudança nos padrões comerciais (Madiquida 2015:144).

Assim, no auge do comércio árabe, o Baixo Zambeze, mantinha ligações comerciais com Angoche (antes do seu declínio). Angoche foi fundada por refugiados de Kilwa por volta de 1400 altura do auge do comércio de ouro em Sofala e desenvolveu-se rapidamente em termos da importância económica, devido os processos da concorrência no interior o que levou o Grande Zimbabwe mover o seu centro político e económico para o norte, junto do rio Zambeze no estado de Mutapa. Freeman-Grenville (1965:133 citado por Isendahl 2006:25).

Até o século XVI, Angoche foi porto de transporte do ouro explorado em regiões do interior como do Estado Mutapa através da rota do Zambeze. Quando os portugueses tomaram controlo da rede comercial, os seus navios operavam em Sofala e Ilha de Moçambique. Angoche desenvolveu-se de forma independente como porto e entreposto comercial. Pesquisas efectuadas em Angoche por Dickinson em 1976 na qual relatório não foi divulgado, identificou perolas de vidro (Isendahl 2006:25).

Os contactos do intercâmbio comercial a longa distância devem ser vistos como um fenómeno social em que tanto as relações sociais quanto as culturas materiais são mediadas por estruturas simbólicas que, por sua vez, são modificadas pelo sucesso ou fracasso da troca de bens e experiências (Wright 1993 citado por Madiquida 2015:144). É neste contexto que o surgimento de desigualdades sociais e o desenvolvimento de uma cidade-estado dependiam muito do sucesso ou fracasso da troca, do comércio à longa distância e dos produtos comercializados (Pwiti 1996 citado por Madiquida 2015:144).

#### **4.5. Impactos do intercâmbio comercial árabe no Baixo Zambeze**

A expansão árabe-islâmica alargou-se rapidamente, tendo islamizado muitos povos. A expansão árabe-muçulmana deu-se em toda costa do Indico, particularmente nos locais portuários favoráveis a trocas comerciais (Farinha 2015:152).

A partir do século XIV, algumas regiões auríferas de Sofala passaram para o domínio dos sultões de Kilwa, que começaram a nomear governadores para a região. Antiguidade dos contactos é comprovada pelas evidências identificadas no Grande Zimbabwe. As regiões auríferas próximas do rio Zambeze, no interior do continente, foram, sem dúvida, as primeiras com as quais se estabeleceram relações comerciais (Gabinete 2019:67).

Estas relações impulsionaram o comércio no Baixo Zambeze, a par de outras, vastas, regiões de influência Árabe no período pré-colonial. Este processo resultou no intercâmbio cultural. Ainda, não foram identificadas evidências de construções Swahili no Baixo Zambeze. Entretanto, no nosso entender, é unânime afirmar que a primeira influência árabe é caracterizada pela difusão do Islão, e conseqüentemente, aculturação das comunidades locais.

Segundo Beach (1984) citado por Macamo (2006:53), os contactos estabelecidos pelos árabes parece, provável, que os dirigentes do Zambeze tenham adoptado o Islão, pois os árabes tiveram um papel intermediário entre as minas de ouro e o planalto.

Actualmente, a religião dominante no Baixo Zambeze é a Católica (MAE 2005:7). O Islão aparece como a segunda. Por um lado, esta dominação deveu-se a intensificação da ocupação colonial, que conseguiu substituir os árabes. Este processo provocou uma série de transformações sociais, culturais e económicas na região.

De forma geral, a influência Islâmica deixou vestígios, sobretudo, na religião, algumas manifestações nos usos e costumes. Os Árabes ou seus representantes exerciam o domínio territorial como meio para assegurar a actividade e algumas vezes iam para regiões do interior com interesses comerciais, mas também religiosos (Vilhena 1906 citado por Daniel 1995:37).

Assim, houve difusão da religião por toda costa litoral até aos lagos e bacias de rios. Segundo Gonçalves (s/d), citado por Daniel (1995:37), existem dez causas para o sucesso do Islão na Africa Subsaariana:

1. Existência de centros de difusão do islamismo que se preocupavam com interesse na islamização dos nativos vinculados às crenças locais;
2. Consciência de certas instituições muçulmanas com algumas das mais significativas e tradicionais instituições nativas;
3. A acção do alcorão como elemento unificador dos povos islâmicos e a sua inteligibilidade a mentalidade dos africanos;
4. Administração europeia e prestígio;
5. A discriminação racial em contraste com o igualitarismo étnico exigido pelos muçulmanos;
6. A acção islamizadora persistente dos comerciantes árabes, arabizados e mouros de diversas confrarias;
7. A peregrinação a Meca;
8. A preparação de missionários para pregar o Islão;
9. Uso da força para a conversão ao islamismo dos infiéis;
10. Obrigatoriedade da conversão ao islamismo dos casais (esposa ou marido) e filhos.

A presença asiática iniciou um processo irreversível de transformações económicas, culturais, sociais e políticas, não só entre os povos do litoral como também entre os do interior que dominavam as rotas comerciais e as longínquas regiões produtoras (Rita-Ferreira 1982:50). Como foi mencionado anteriormente, a presença asiática foi responsável, ainda, pela introdução de diversas plantas, particularmente alimentares, que os primeiros portugueses já vieram encontrar em Moçambique, tais como: arroz, coqueiro, bananeira, citrinos, mangueira, possivelmente, algodão (Rita-Ferreira 1982:50).

As comunidades que habitavam a Costa Oriental africana produziam cerâmica com similaridades, indicando assim uma interacção económica e cultural, resultante de comércio marítimo (Chami 1994:69).

## CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde tempos recuados que o Baixo Zambeze estava integrado à uma região relatada pelos viajantes asiáticos como zona com entrepostos comerciais ou cidades prósperas na costa litoral africana e regiões fluviais. Neste sentido, o Baixo Zambeze é tido como um dos potenciais locais prósperos (carecendo de serem efectuadas mais pesquisas para responder as hipóteses), face ao rico registo arqueológico. As evidências de produtos exóticos, mostram que o comércio a longa distância desempenhou um papel importante mais do que se pensa, pois, havia um cenário complexo no qual a costa e interior estavam interligados, permitindo intercâmbio cultural, mudança no contexto socio-político, na base de economia e nos padrões de assentamentos.

A regiões do interior e da costa litoral estavam interligadas através de rota fluvial do rio Zambeze, havendo benevolência de comercializar os produtos nos entrepostos estabelecidos ao longo do Baixo Zambeze. Esta situação, colocou a região numa rede que permitia a interacção entre diversas comunidades do interior como Grande Zimbabwe e estado de Mutapa, de onde eram escoados produtos através do rio Zambeze, em direcção a costa litoral do oceano Indico como, Nova Sofala, Angoche, Ilha de Moçambique e outras regiões inter-continentais e vice-versa.

O intercâmbio comercial através do Baixo Zambeze, pode ser dividido em dois períodos distintos. O primeiro período, está associado a expansão mercantil asiática, principalmente, através dos árabes. O segundo período, está aliado a penetração mercantil europeia. Nas fases mencionadas o comércio vigorou de forma distinta, isto é, teve impactos no que tange aos artigos comercializados e nos entrepostos comerciais.

Dada as condições de navegabilidade, com a penetração mercantil europeia, os portugueses preocuparam-se em ocupar o Vale do Zambeze para controlar o comércio de ouro que era transportado ao longo do rio Zambeze, partindo da região aurífera de Mutapa. Para tal, tiveram que desencadear ataques aos entrepostos Árabes, resultando no declínio do seu comércio.

No geral o Baixo Zambeze é bastante rico em evidências arqueológicas de vários períodos de ocupação (Idade de Pedra e Idade do Ferro), devido a existência de diversos recursos naturais para o estabelecimento humano.

Sena, um dos mais proeminentes entrepostos comerciais do Baixo Zambeze, evidenciou a existência de actividades comerciais e redes sociais através da presença de importações de uma variedade de mercadorias asiáticas assim como europeias. Para além do comércio a longa distância, as comunidades do Baixo Zambeze tinham outras actividades económicas, como agricultura, criação de gado, comércio local, entre outras. Porém, os assentamentos no baixo Zambeze, não eram constituídos de muitas casas de arquitectura e alvenaria como na costa. Entretanto, Sena, pela extensão de ocorrência de evidências, demonstra que ocupava uma grande área, como alguns grandes centros da costa litoral, como Ilha de Moçambique, Quelimane ou Angoche.

As evidências do Baixo Zambeze desempenham um grande papel para conhecimento da história do comércio a longa distância. A região detém sequências de evidências arqueológicas de diferentes períodos com destaque para Idade da Pedra e Idade do Ferro. Contudo, apesar da importância arqueológica e histórica do Baixo Zambeze, há necessidade de serem levadas a cabo investigações no intuito de procurar entender as mudanças que operaram como resultado do comércio a longa distância em termos da base da economia, uso e renovação de recursos, mudanças sociopolíticas, culturais e ambientais.

É de recordar que o rio Zambeze nem sempre foi via de acesso para o interior, constituiu, no passado, como barreira geográfica natural para os movimentos migratórios norte sul e vice-versa para as comunidades da Idade da Pedra, razão pela qual encontramos diferenças nas pinturas rupestres o norte do rio e o sul.

## Referências bibliográficas

Adamowicz, L. 1987. Projecto ‘CIPRIANA’, 1981-1985, contribuição para o conhecimento da Arqueologia Entre-os-Rios Lúrio e Ligonha, província de Nampula. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 3: 45-144.

Araújo, J & Oliveira, N. s/d. Fragmentos do quotidiano conventual: o contributo do espólio arqueológico do convento Nossa senhora da Esperança (século XVI-XIX).

Azevedo Neto, C. X. 2008. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, DF, v. 37: 7-17. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n3/v37n3a01.pdf>>. Acessado 22/01/ 2020.

Binford, L.Rs. 1968. *New perspectives in archeology*. Aldine Pub. Co.

Chami, F. 1994. *The Tanzanian Coast in the First Millennium AD: Archaeology of the iron-working, farming communities*. Tese de Doutoramento. Studies in African Archaeology 7. Uppsala: societies Archaeology Upsaliensis.

Daniel, A. 1995. Influencia Islamica no litoral de Cabo delgado: O caso da educação Islâmica na Ilha do Ibo. Tese de Licenciatura: Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Universidade Eduardo Mondlane.

De Carvalho, T. N. 2013. *Registos da biodiversidade africana anotados por frei joão dos santos em “Etiópia Oriental” (Évora, 1609)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Dicionario Online de Portugues. s/d. Dicionário Online de Português, definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vestigio/>. Acessado 22/01/2020.

Dickinson, R.W. 1971. Archaeological investigation at Nova Mambone, Moçambique, May 22nd–June 4th, 1971. *Monumenta* 7: 23 – 33.

Duarte, R. T. 1993. *Northern Mozambique in the Swahili world: an Archaeological approach*. Uppsala: Uppsala University.

Duarte, R.T. 1988. Arqueologia da Idade do Ferro em Moçambique (retrospectiva do trabalho realizado). *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 5:57-74.

Duarte, R.T.1987. Moçambique e o Índico: Ruínas Swahili. *trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 3: 1-17.

Duarte, T. 2012. Maritime History in Mozambique and East Africa: The Urgent Need for the Proper Study and Preservation of Endangered Underwater Cultural Heritage.

Eklblom, A. 2004. *Changing Landscape: an environmental history of Chibuene, South Mozambique*. Uppsala: Studies in Global Archaeology 5. Department of Archaeology and Ancient History. Uppsala.

Farinha, A.D. 2005. Os árabes nos antigos relatos portugueses do Índico. *Fenisterra*, XL:151-160.

Figueiredo, F.B. 2011. *Módulo 1 História da África*. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada. Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais.

Hoguane, A.M. 2007. Perfil Diagnóstico da Zona Costeira de Moçambique. *Revista de Gestão Costeira Integrada* 7 (1):69-82.

Gabinete, p. 2919. Manual do curso de licenciatura em ensino de história. Beira. ISCED.

Juma, A. 2004. *Unguja Ukuu on Zanzibar: an archaeological study of early urbanism*. Tese de Doutoramento. Studies in Global Archaeology 3. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History.

Liesegang, G. 1972. Archaeological sites in the Bay of Sofala. *Azania* 7: 147–59.

\_ 1988. Investigações arqueológicas na Costa da Província de Cabo Delgado. Maputo: UEM -DH.

Loforte, A. 1990. An Archaeological Study on the Northern Coast of Cabo Delgado. Urban Origins in Mozambique. Maputo: UEM.

Macamo, S. 2006. *Privileged places in south central Mozambique: The Archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Dengue-Mufa*. Studies in Global Archaeology 4. Uppsala, Department of Archaeology and Ancient History.

Macamo, S. & Madiquida, H. 2004. An archaeological investigation of the western and eastern Zambezi river basin, Mozambique. In: Chami, F., Pwiti, G. & Radimilahy, C. (eds) *Studies in the African Past* 4, 102–115. Dar es Salaam: Dar es Salaam University Press Ltd.

Madiquida, H. 2007. *The Iron-using Communities of Cape Delgado Coast from AD 1000*. Studies in Global Archaeology 8. Tese de Mestrado. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient history.

Madiquida, H. 2015. *Archaeological and Historical Reconstructions of the Foraging and Farming Communities of the Lower Zambezi: From the mid-Holocene to the second Millennium AD*. Studies in Global Archaeology 21. Uppsala: Department of Archaeology and ancient History.

Madiquida, H. 2006. The Iron Age communities in the Zambezi river basin: excavations in Mozambique.

Ministério da administração Estatal. 2005. Perfis distritais de Moçambique. Disponível em <http://www.gov.net.gov.mz/>. Acessado no dia 26 de Julho de 2015.

Morais, J. M. F. 1988. *The early farming Communities of Southern Mozambique. An assessment of new and extant evidence*. Eduardo Mondlane University, Mozambique. Central board of National antiquities. Sweden: Studies in African Archaeology 3.

Oliveira, O. R. 1973. Zimbabwes de Moçambique: Proto-história africana. *Monumenta* 9: 31–64.

Os Prazos da Coroa do Vale do Zambeze. Disponível em <https://escola.mmo.co.mz/historia/os-prazos-da-coroa-do-vale-do-zambeze/>. Acessado 28/01/2020.

Philipson, D. 1976. Archaeology and Bantu linguistics. *World Archaeology*. Vol. 8. (1): 582.

Pollard, E; Duarte, R; Duarte Y. 2018. Settlement and Trade from AD 500 to 1800 at Angoche, Mozambique. *Springer Science+Business Media*: 443–471.

Ramos, M. 1973. Exploração arqueológica na área de Cahora-Bassa. Separata de Actas das II Jornadas Arqueológicas 1, 7-14. Lisboa.

Rita-Ferreira, A. 1978. História de Moçambique. Maputo.

Rita-Ferreira, A. 1982. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Rodrigues, M. C. 2006. O primeiro sítio com vestígios de utilização do ferro e cerâmica “tradicional” da Early Iron Age localizado em Moçambique – Província da Zambézia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9. (2): 415-449

Saetersdal, T. 2004. *Places, people and ancestors. Archaeology and society in Manica, Mozambique*. London: BAR International series.

Sinclair, P. 1987. Um Reconhecimento Arqueológico do Norte de Moçambique. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia* 3: 23-33.

Sousa, E. 2010. Ilhas de Arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV - XVIII). Dissertação de Doutoramento: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Wieshoff, H.A. 1941. *The Zimbabwe-Monomotapa Culture in Southeast Africa*. Menasha: George Banta Publishing Company.

Wood, M. 2012. *Interconnections. Glass beads and trade in southern and eastern Africa and the Indian Ocean – 7th to 16th centuries AD*. Tese de Doutoramento. Department of Archaeology and Ancient History. Studies in Global Archaeology 17.

Zahlouth, I.M.L. 2020. Vestígios arqueológicos como fontes de informação: segredos do passado transcrito em suportes primitivos. *Biblionline, João Pessoa*. V 8, (2): 37-48.

## ANEXOS

### Estações arqueológicas do Baixo Zambeze

Chifumbaze – IPS e IFI;

Sena - IFS

Lumbi - IPS e IFI;

Chinzenze - IPS e IFI;

Nensa - IFI;

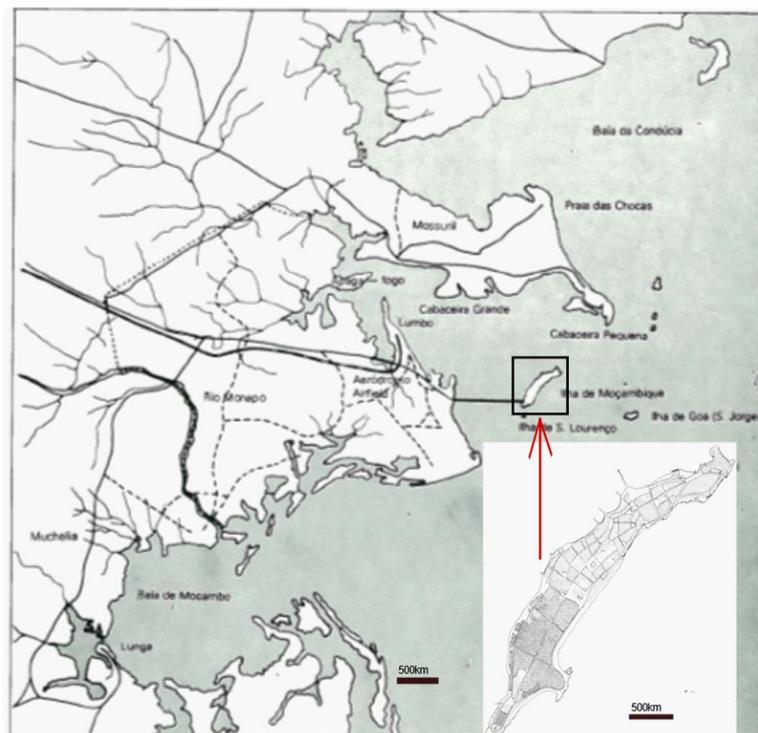
Tanque - IFS;

Chituto - IFS;

Pambane - IFS;

Inhamiara - IFS;

Chinde – IFS.



Mapa 5.10: Localização geográfica da Ilha de Moçambique. Fonte: Adaptado de Aarhus 1985.





Mapa 5.12: Localização geográfica de Chinde. Fonte: Madiquida 2015.

### Outras evidências identificadas em Sena



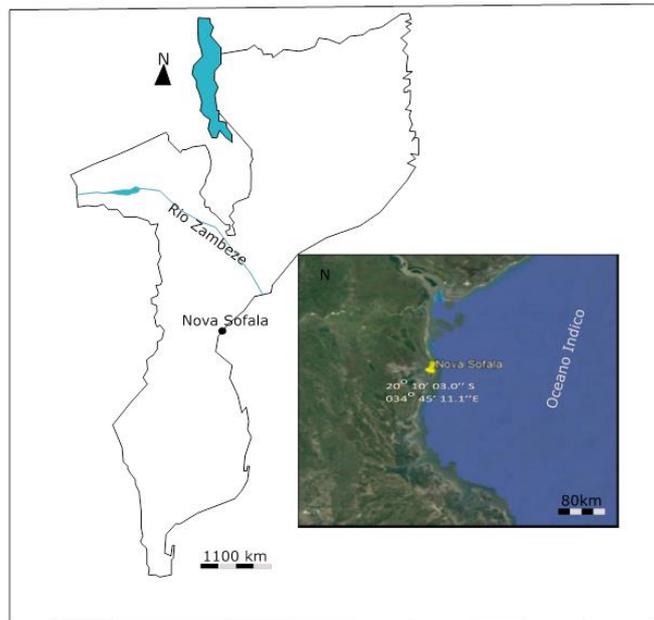
Figura 5.7: Objecto de ferro identificado em Sena. Fonte Madiquida 2015.



Figura 5.8: Desenhos de Cerâmica de Sena. Fonte: Madiquida 2015.



Figura 5.9: Ilustração da Fortaleza de Sofala e área escavada. Fonte: Madiquida 2015.



Mapa 5.13: Localização geográfica de Nova Sofala. Fonte: adaptado pela autora.



Mapa 5.14: Baixo Zambeze e entrepostos da costa litoral do oceano Índico, séculos X-XV. Fonte: Madiquida 2015.



Figura 5.10: Artigos importados identificados em Angoche por Pollard et al. 2018, incluindo porcelana das Dinastia Ming e Quing. Fotografia: Pollard.



Figura 5.11: Artigos importados identificados na Ilha de Moçambique por C.Simbine, contendo porcelana chinesa Ming, século XVI-XVII e europeia, século XIX.